



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E ECONOMIA
Programa de Pós-Graduação em Economia

WANDEMBERG VENCESLAU ROSENDO DOS SANTOS

**QUALIDADE DA DESPESA PÚBLICA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO –
UMA ANÁLISE COM DADOS EM PAINEL**

Brasília-DF

2017

WANDEMBERG VENCESLAU ROSENDO DOS SANTOS

**QUALIDADE DA DESPESA PÚBLICA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO –
UMA ANÁLISE COM DADOS EM PAINEL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de Economia, da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FACE), da Universidade de Brasília como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Economia

Orientadora: Andrea Felipe Cabello

Brasília-DF

2017

Vq

Venceslau Rosendo dos Santos, Wandemberg
QUALIDADE DA DESPESA PÚBLICA EM TECNOLOGIA DA
INFORMAÇÃO – UMA ANÁLISE COM DADOS EM PAINEL /
Wandemberg Venceslau Rosendo dos Santos; orientador
Andrea Felipe Cabello. -- Brasília, 2017.
74 p.

Dissertação (Mestrado - Mestrado em Economia) --
Universidade de Brasília, 2017.

1. Eficiência do gasto público. 2. Tecnologia da
Informação. 3. Economia do Setor Público. 4. Lei de
Acesso à Informação. 5. Orçamento. I. Felipe Cabello,
Andrea, orient. II. Título.

Dissertação de autoria de Wandemberg Venceslau Rosendo dos Santos, intitulada “Qualidade da despesa pública em tecnologia da informação – uma análise com dados em painel”, apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Economia da Universidade de Brasília, em 30 de março de 2017, defendida e aprovada pela banca examinadora abaixo assinada:

Profª. Dra. Andrea Felipe Cabello

Orientadora

Universidade de Brasília

Prof. Dr. Adolpho Sachsida

Examinador Externo

Universidade Católica de Brasília

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Prof. Dr. Osvaldo Candido da Silva Filho

Examinador Externo

Universidade Católica de Brasília

À minha amada esposa, Polly, que me deu
forças até aqui.
À minha família pelo apoio e
compreensão da dedicação necessária.

AGRADECIMENTO

Agradeço à minha orientadora, Andrea Cabello, pelas conversas e sugestões que possibilitaram alcançar o objetivo deste trabalho.

Aos meus chefes e colegas de trabalho, Ana Carla Castro, Cristiano Heckert, Luciana Pontes e Paula Leal pelo apoio profissional para realizar esta conquista.

Às pessoas que tornaram menos árdua a superação de cada desafio e que me transmitiram preciosos conhecimentos e sugestões ao longo dessa jornada, Anaely Machado, Marcus Cerqueira e Vanessa dos Santos.

RESUMO

A literatura costuma associar a Tecnologia da Informação - TI a melhorias das organizações e aumento de suas capacidades, sejam organizações públicas ou privadas. Contudo há escassez de trabalhos que identifiquem os efeitos da TI sobre a produtividade ou qualidade do trabalho destas organizações. No setor público este tipo de identificação é ainda mais difícil, pois como as organizações não buscam o lucro, a medição dos resultados acaba ocorrendo meio dos impactos sobre os serviços públicos finalísticos (dados de impacto sobre saúde, educação, segurança pública e outros) ou a partir de pesquisas de percepção conduzidas com *surveys*. Em nenhuma dessas situações é apresentado de maneira extensa e com fácil reprodução o impacto sobre as atividades meio do governo. A abordagem deste trabalho é inovadora ao buscar medir o impacto da despesa de TI do Governo Federal sobre a prestação de serviços públicos. Inicialmente apresenta dados sobre o setor de TI no Brasil e os valores de execução orçamentária do Governo Federal. A partir da análise destes dados e do cruzamento com informações sobre os pedidos de acesso à informação, feitos com base na Lei de Acesso à Informação – LAI, busca-se identificar a existência de relação entre a despesa de TI e a capacidade dos órgãos responderem a estas demandas. Pretende-se assim identificar se de fato a despesa de TI agrega qualidade ao serviço público prestado pelos órgãos. O tempo médio utilizado por cada órgão para responder a estas demandas foi considerado como a variável dependente para os modelos de regressão com dados em painel. A opção pela utilização da resposta às demandas da LAI se fez por se tratar de um serviço público com características de prestação homogênea entre diversos órgãos do Poder Executivo federal. Identificou-se que há uma relação negativa entre o tempo médio de resposta e a despesa de TI. Assim, demonstra-se de forma quantitativa que a despesa de TI favorece a uma prestação de serviço público mais ágil, corroborando com a literatura que atribui à TI um papel de aumento de eficiência das organizações.

Palavras-chave: Qualidade, Eficiência, Orçamento, Tecnologia da Informação e Lei de Acesso à Informação - LAI.

ABSTRACT

It's widespread in literature that expenses with Information Technology (IT) are associated with improvements on the services of public and private institutions. However, there is a lack of studies evaluating the effects of IT expenses within productivity or quality of services of these institutions. In due of the non-profit profile of public organizations, this kind of analyzes is hard to be done. Commonly, the measurement of results is made by assessing the impacts of IT expenses within public services (impacts on health, education, public security, e.g.) or by "Perception surveys". Indeed, these analyses don't show the impact of IT expenses in the bureaucracy. Another limitation of those analyses is about their poor reproducibility. This study presents an innovative approach that intents to assess the impact of public IT expenses in the bureaucracy of Brazilian's Federal Government institutions. There are shown Brazil's IT public sector expenses data of Federal Government (central level). By assessing these data and crossing data about requests for information made by people supported by "Lei de Acesso à Informação" (it's like the Freedom of Information Act in the USA), we tried to detect if there is a relation between the capacity of answering the requests by public institutions and the public expenses in IT field. Therefore, we tried to assess if public expenses in IT field results in the improvement of public institutions as a service provider. The capacity of answering the public requests for information was the dependent variable which was measured by the average time for answer the requests. We performed regression models in panel for the analyses. The choice of answer for requests supported by "Lei de Acesso à Informação" was done because it's a mandatory service provided by the public institutions of Brazil. It was identified that there is a negative relation between the average time of answer and public expenses with IT. This study demonstrate quantitavely that expenses in IT area enhances public services and bureaucracy, which corroborates what is pointed by literature.

Keywords: Quality, Efficiency, Budget, Information Technology e Freedom of Information Act.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Síntese da revisão de literatura	18
Tabela 2 – Número de pedidos por cumprimento de prazo de atendimento na janela de até 720 horas	25
Tabela 3 – Número de pedidos por cumprimento de prazo de atendimento na janela de até 1440 horas	26
Tabela 4 – Gastos na Subfunção Tecnologia da Informação – Valores em R\$.....	30
Tabela 5 – Despesas Empenhadas com TI – Valores em R\$.....	31
Tabela 6 – Número de demandas por grupo de órgão	35
Tabela 7 – Órgãos com maior quantidade de demandas.....	35
Tabela 8 – Número de demandas por categoria do pedido e distribuição acumulada.....	36
Tabela 9 – Número de demandas por categoria do pedido e distribuição acumulada.....	37
Tabela 10 – Valores empenhados por grupo de despesas de TI – Valores em R\$ 0,00	38
Tabela 11 – Descrição das variáveis.....	39
Tabela 12 – Resultados dos modelos com efeitos fixos e com efeitos aleatórios.....	40
Tabela 13 – Resultados dos modelos com efeitos fixos, efeitos aleatórios e modelo dinâmico	42
Tabela 14 – Síntese dos valores calculados	44
Tabela 15 – Detalhamento dos campos existentes no arquivo de registros da LAI	47
Tabela 16 – Detalhamento das despesas de TI detalhada até o nível de subelemento	48
Tabela 17 – Quantidade de demandas por órgão e distribuição acumulada crescente	49
Tabela 18 – Detalhamento da nomenclatura de órgãos na base da LAI e do orçamento	54

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	REVISÃO DE LITERATURA	13
2.1	O PAPEL DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	13
2.2	DA AFERIÇÃO DA QUALIDADE	14
2.3	ANÁLISE DE EFICIÊNCIA	15
2.4	SÍNTESE DA LITERATURA CITADA	18
3	MATERIAL E MÉTODOS	23
3.1	BASE DE DADOS DA LAI	23
3.2	BASE DE DADOS DO ORÇAMENTO	27
3.3	O SETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	30
3.4	DESPESAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	31
3.5	MESCLAGEM DAS BASES DA LAI E ORÇAMENTO	32
3.6	BASE DE DADOS DO QUANTITATIVO DE SERVIDORES	33
3.7	DA PERIODICIDADE DIFERENTE DE CADA BASE	33
3.8	PAINEL	33
4	RESULTADOS	35
4.1	ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS	35
4.2	EFEITOS DA DESPESA DE TI	37
5	DISCUSSÃO	45
6	CONCLUSÃO	46
7	TABELAS ANEXAS	47
8	BIBLIOGRAFIA	72

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo avaliar a qualidade da despesa pública em tecnologia da informação sob a ótica da prestação de um serviço público de informação com características homogêneas entre diversos órgãos. No âmbito do Poder Executivo federal, cada órgão público tem liberdade para alocar seus recursos orçamentários dentre as diversas possibilidades de gastos. Isto é válido mesmo no contexto de rigidez orçamentária brasileira.

A forma de alocação desses recursos influencia a produtividade do órgão e conseqüentemente a qualidade da prestação de serviços aos cidadãos. Porém nem sempre estes recursos têm uma influência direta sobre diversas atividades dos órgãos e mesmo quando há esta influência, como por exemplo na aquisição computadores, é de difícil mensuração o seu impacto. Principalmente nas despesas relacionadas a atividades meio da administração é onde há maior dificuldade em aferir sua qualidade. Mais ainda quando se trata de aferição de qualidade no conjunto de diversos órgãos do Poder Executivo federal.

As despesas de tecnologia da informação têm na maioria das vezes impacto sobre atividades meio dos órgãos. Desta forma, apesar de toda literatura que reforça a importância da despesa de TI para as melhorias administrativas, os indicadores de impacto não representam os efeitos da despesa de TI para estes órgãos. Por exemplo, é fácil perceber que o tempo de concessão de aposentadoria pode ser influenciado pelo desenvolvimento de um novo sistema para o órgão responsável por este serviço. Mas como saber a influência dos gastos de TI sobre os serviços prestados por uma Universidade ou, ainda, por órgãos que não entregam serviços diretamente ao cidadão, como o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

O que este trabalho pretende responder de forma quantitativa é justamente se a despesa de TI influencia positivamente ou negativamente a qualidade do serviço público prestado pelos órgãos públicos.

Optou-se por uma abordagem singular onde houvesse uma métrica que permitisse comparabilidade entre diversos órgãos públicos que prestam diferentes serviços. A métrica encontrada foi o tempo de resposta às demandas da Lei de Acesso à Informação. Como se trata de obrigação legal a ser atendida por todos os órgãos do

Poder Executivo federal, podemos afirmar que é um serviço público com características de homogeneidade.

Releva-se ainda mais a importância deste trabalho, pois em um momento de ajuste fiscal, um dos maiores desafios da Administração Pública é entregar valores à sociedade. A melhoria da qualidade dos serviços públicos, a partir de uma aplicação mais criteriosa de recursos orçamentários, é necessária para o enfrentamento das dificuldades que emergem neste momento.

O trabalho está distribuído em 5 seções. A primeira é destinada a uma revisão da literatura existente sobre qualidade do gasto público e eficiência. A segunda trata da metodologia utilizada para a extração da informação disponível em fontes governamentais e o tratamento desta informação. A terceira seção apresenta os resultados. É seguida pela discussão destes resultados e pela conclusão.

2 REVISÃO DE LITERATURA

A qualidade da despesa pública é um assunto de grande interesse do mundo acadêmico e dos entes governamentais. A sociedade como principal demandante de serviços públicos necessita saber se o seu governo tem utilizado os recursos de forma adequada, isto é, se há eficiência, eficácia e efetividade do gasto público.

O crescimento do estado enquanto provedor de serviços, visando à garantia do bem-estar social, tem sido acompanhado também de ineficiências. Estas ineficiências surgem durante os períodos de crescimento econômico, onde os recursos disponíveis são abundantes, porém cobram seu preço nos momentos de estagnação ou recessão econômica.

Quando se depara com situações de recessão, a primeira medida dos governos tende a ser o aumento de tributos. Muitas vezes esta decisão decorre da dificuldade em se atuar pelo lado despesa a partir de sua redução e racionalização. Assim, posteriormente, há nestes momentos uma tendência à retirada do estado da maioria de suas funções, dedicando-se a um leque menor de tarefas (ESTORNINHO, 1996).

Um sistema de informações que possibilitasse ao governo conhecer o custo de seus programas, poderia permitir uma resposta mais efetiva às situações de ajuste fiscal (REZENDE, CUNHA e BEVILACQUA, 2010). Dessa forma, trabalhos que permitam conhecer o impacto das despesas sobre o funcionamento da máquina pública permitem ao gestor a melhor alocação dos recursos.

2.1 O PAPEL DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Nesse contexto, a Tecnologia da Informação – TI tem um papel fundamental nas organizações ao dotá-las de maior capacidade de processamento de dados, produção e disseminação de informações e conhecimento. Segundo Brad Jensen (2009 APUD BIERON e AHMED, 2015) serviços de contabilidade, análise financeira, *call centers*, projetos arquitetônicos e outros têm aproveitado as vantagens da revolução mundial em tecnologia da informação.

O setor público tem buscado aproveitar as vantagens desta revolução. Mas em que medida isto tem ocorrido? Muitos recursos fiscais têm sido despendidos buscando tornar as informações das organizações mais ágeis e seguras. Com isso, os gastos com TI têm sido cada vez mais importantes no orçamento das organizações.

Com a redução significativa nos preços dos principais itens de TI ocorrida desde o fim da década de 90 as organizações têm investido cada vez mais em sistemas e equipamentos. O declínio dos preços de equipamentos de tecnologia da informação tem reforçado o papel do investimento em TI como uma fonte de crescimento (JORGENSEN, 2001).

Porém a qualidade de sua aplicação, assim como o impacto sobre os resultados da organização não é algo claro e de fácil mensuração. É preciso identificar quais e em que medida determinados tipos de despesas de TI contribuem para a melhoria dos resultados das organizações. Para que isto seja possível é necessária a alta disponibilidade de dados desagregados sobre as despesas de TI.

Há uma literatura significativa que realiza diversas associações da Tecnologia da Informação a transformações e benefícios para o setor público:

- a que associa TI a redução de ineficiências por excesso de burocracia (OSBORNE e PLASTRIK, 1997);
- a que associa o investimento do governo em TI com transformações organizacionais para aumentar a eficiência e efetividade das políticas (BELLAMY e TAYLOR, 1998; FOUNTAIN, 2001; GIL-GARCÍA e PARDO, 2005; GRONLUND e HORAN, 2005); e
- a que relaciona alternativas de soluções de organização definidas pela forma de burocracia eletrônica (CORDELLA, 2007; DEMING e DEMING W., 1982).

Contudo, apesar do mérito destes trabalhos em abordar aspectos relevantes da TI, não foram identificados estudos econômicos com modelos econométricos que associassem os benefícios da TI aos resultados apresentados pelo Setor Público. Mais ainda, por se tratar de um componente da despesa pública relacionado em larga medida às capacidades internas das organizações, trata-se de difícil mensuração de seus impactos.

2.2 DA AFERIÇÃO DA QUALIDADE

Conforme Tironi et al (2001), qualidade do serviço público refere-se primeiro à qualidade de um serviço, independente de quem o presta. Busca-se a otimização dos resultados a partir da quantidade aplicada de recursos e esforços, a fim de que seja obtida a satisfação do consumidor, cliente ou usuário. Os principais trabalhos que tratam de análise de qualidade utilizam a metodologia de estudos de caso (CARVALHO, 2008).

Costuma-se utilizar a abordagem da construção de indicadores para aferir a qualidade no setor público. A utilização de indicadores é eficaz quando existem dados estatísticos disponíveis sobre os insumos utilizados e resultados esperados. Do ponto de vista estritamente local, isto é, no âmbito de determinado processo ou unidade, os indicadores são um instrumento eficaz de aferição da qualidade e de medição do desempenho da gestão.

Contudo a sua utilização para o setor público tem alcance limitado. Como se comparar processos de trabalho distintos ou entre órgãos que prestam serviços heterogêneos? Como se comparar resultados sem ter a medida precisa dos insumos utilizados?

Segundo Carvalho (2008):

medir a qualidade em serviços é um tema mais complexo do que em contexto de produtos, pois “não é função de medidas estatísticas da qualidade, incluindo defeitos físicos ou julgamentos de gestão. Inversamente, é função das percepções dos clientes sobre os serviços”.

Ainda conforme o autor as próprias características dos serviços tornam difícil a aferição de qualidade, como a intangibilidade, inseparabilidade entre produção e consumo, perecibilidade e heterogeneidade.

A importância de se avaliar a qualidade é que as suas melhorias aliadas a melhorias da gestão levam a um aumento da produtividade. Isto permitiria um decréscimo de preços e um aumento da quota de mercado (DEMING e DEMING W., 1982). No caso do setor público é importante procurar medidas que permitam estimar as variações da produtividade.

2.3 ANÁLISE DE EFICIÊNCIA

A análise de qualidade pode ser aproximada pela análise de eficiência onde se pretende identificar, por exemplo, a melhor alocação de insumos e resultados. Comumente estudam-se os impactos de políticas públicas sob a ótica da análise de eficiência.

Por exemplo, Ruggiero e Vitaliano (1999) avaliaram 520 escolas de Nova Iorque a partir da análise de envelopamento de dados - DEA¹ e por regressão de fronteira estocástica. Utilizaram para isto os resultados de exames que os alunos prestaram e controlaram para variáveis socioeconômicas.

¹ *Data Envelopment Analysis.*

Outros estudos que se valem da DEA, consideram a existência de dados estatísticos do setor de referência para realizarem a análise de eficiência. É o caso apresentado por Mello et al (2003), que utiliza dados dos Anuários Estatísticos do Departamento da Aviação Civil para realizar a análise de eficiência.

A Análise de Envoltória de Dados é um dos instrumentos utilizados para a análise de eficiência e foi desenvolvida por Charnes et al (1978). Conforme Mello et al (2003), a abordagem desenvolvida é utilizada para “determinar a eficiência de unidades produtivas, onde não seja relevante ou não se deseja considerar somente o aspecto financeiro”.

Uma das dificuldades de se avaliar os benefícios ou resultados obtidos a partir de determinada despesa governamental é a ausência de identificação mais precisa de objetivos da política em questão. Algumas abordagens utilizadas para avaliar os resultados obtidos pelo governo utilizam dados agregados sobre determinadas áreas. É o caso do estudo empírico para se avaliar a eficiência do gasto público do Brasil a partir da utilização de um índice composto relacionado aos resultados de cinco áreas de atuação do governo: administração; saúde; educação; equidade e desempenho econômico (RIBEIRO, 2008). Outros estudos também se valem de dados agregados.

Zoghbi et al (2009) avaliam o desempenho e a eficiência relativa dos Estados brasileiros em relação aos gastos em educação nos níveis fundamental e médio. Estimam *scores* para ordenar a eficiência dos estados e identificar a fronteira de possibilidade de produção.

Souza, Nishijima e Rocha (2010) avaliam o grau de eficiência produtiva do setor público hospitalar em 366 municípios do Estado de São Paulo entre os anos de 1998 e 2003. Utilizam-se do método de fronteira estocástica de produção. O produto é considerado como a taxa de mortalidade hospitalar e o gasto público com profissionais e leitos como os insumos.

A abordagem deste trabalho diferencia-se dos anteriores pois as unidades que são comparadas diferenciam-se bastante em seus objetivos e processos de trabalho. Não se está comparando unidades similares, como hospitais, escolas ou a produção econômica. São comparadas unidades que prestam serviços públicos de diversos tipos:

- Serviços de educação;
- Serviços de saúde;

- Produção e disponibilização de informações;
- Análise de processos;
- Produção de dados ou estatísticas;
- Regulação;
- Fiscalização;
- Produção normativa;
- Fomento à produção, turismo e outras;
- Proteção social (previdenciária e assistência social); e
- Outros.

2.4 SÍNTESE DA LITERATURA CITADA

A tabela a seguir apresenta a síntese das informações sobre a revisão de literatura citada neste trabalho:

Tabela 1 - Síntese da revisão de literatura

Artigo	Método	Variáveis	Conclusões
<i>Banishing Bureaucracy: The Five Strategies for Reinventing Government</i> (Osborne, D., & Plastrik, P., 1997)	Não se aplica.	Não se aplica.	Livro que aborda as estratégias para aumentar a efetividade, eficiência, adaptabilidade e capacidade de inovação do governo. Cita o papel da TI no redesenho de processos.
A qualidade do serviço público: o caso da loja do cidadão (Carvalho, C. S., 2008)	Metodologia de estudo de caso, com análise sobre expectativas e percepções do cidadão/cliente.	Avaliou-se três questões de investigação: interação ocorrida durante a prestação do serviço público; a qualidade percebida pelo cidadão/cliente; e o impacto da qualidade do serviço público no valor para a sociedade.	Os resultados apresentam o tipo de relacionamento desenvolvido entre o cliente e o fornecedor do serviço, o tipo de cidadão que procura a Loja, entre outras questões sobre a Loja do cidadão.

Artigo	Método	Variáveis	Conclusões
<p><i>Assessing the efficiency of public schools using data envelopment analysis and frontier regression</i></p> <p>(Ruggiero, J., & Vitaliano, D., 1999)</p>	<p><i>Data Envelopment Analysis</i> e Fronteira de regressão estocástica.</p> <p>Avaliação do custo de eficiência de 520 escolas em Nova Iorque nos anos fiscais de 1990 a 1991.</p>	<p>Variável dependente: despesas operacionais por aluno.</p> <p>Medidas de resultado: scores em testes padronizados, taxas de desistência e de conclusão.</p>	<p>A ineficiência média é de 14% tanto pelo método da fronteira quanto pelo método DEA e o <i>rank order</i> de correlação do coeficiente de ineficiência entre os dois métodos é 0,86. Isto é, a despesa operacional por estudante é 14% acima do menor custo de acordo com os modelos.</p> <p>A performance dos estudos tem pouca ligação com as despesas por aluno.</p>

Artigo	Método	Variáveis	Conclusões
<p>Análise de envoltória de dados no estudo da eficiência e dos benchmarks para companhias aéreas brasileiras</p> <p>(Mello, J., Meza, L., Gomes, E., & Serapiao, B., 2003)</p>	<p><i>Data Envelopment Analysis – DEA.</i></p> <p>Considerados dados relativos ao transporte aéreo de passageiros nos anos de 1998, 1999 e 2000.</p>	<p>Capacidade da empresa em colocar aviões no ar com os recursos de que dispunha (modelo operacional):</p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>Inputs:</i> quantidade de pessoal de vôo, combustível usado e a soma das capacidades de passageiros; • <i>Output:</i> passageiro.km oferecidos; <p>Capacidade da companhia em ocupar os aviões que colocou no ar (modelo de vendas):</p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>Inputs:</i> quantidade de pessoal envolvido em vendas; • <i>Output:</i> passageiro.km; e <p>Eficiência das operações de negócios da empresa (modelo global):</p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>Inputs:</i> combustível usado, soma das capacidades de passageiros do total das aeronaves da frota e quantidade total de pessoal; • <i>Output:</i> passageiro.km. 	<p>Identificam eficiências das companhias aéreas. Ressaltam o caso de eficiência não esperada no modelo de vendas para a companhia TAF, que se mostrava ineficiente em modelos que consideram aspectos operacionais.</p> <p>A comparação dos modelos global e de vendas permite sugerir que as companhias passaram a utilizar menos recursos do que dispunham, em vez de diminuir os recursos.</p>

Artigo	Método	Variáveis	Conclusões
Desempenho e eficiência do gasto público: uma análise comparativa entre o Brasil e um conjunto de países da América Latina, 2008 (Ribeiro, M. B., 2008)	Modelo empírico semiparamétrico de dois estágios (método DEA, no primeiro estágio, e regressão truncada, no segundo).	Índice composto como medida do desempenho dos serviços públicos. Gastos de consumo do governo geral.	Os resultados mostram o Brasil com um resultado em torno da média na avaliação dos serviços públicos e abaixo da média quanto à eficiência do gasto. Os seguintes países obtiveram os melhores resultados no desempenho dos serviços e na eficiência do gasto público: Costa Rica, Uruguai e Chile.

<p>Mensurando o desempenho e a eficiência dos gastos estaduais em educação fundamental e média</p> <p>(Zoghbi et al, A., 2009)</p>		<p>Indicadores de desempenho a partir de variáveis quantitativas e qualitativas. Baseiam-se em indicadores de desempenho público desenvolvidos por Afonso, Tanzi e Shuknecht (2003)</p> <p>Por exemplo, para a educação, utilização a nota de exame padronizado, a distorção idade-série, a taxa de concluintes e a taxa atendimento</p>	<p>Estados com melhor desempenho não necessariamente são os mais eficientes. São poucos os Estados com índice de eficiência de um (o valor máximo)</p>
<p>Eficiência do Setor Hospitalar nos Municípios Paulistas</p> <p>(Souza, I. V., Nishijima, M., & Rocha, F., 2010)</p>	<p>Fronteira estocástica de produção</p>	<p>Complemento da taxa de mortalidade como produto e o gasto público com profissionais e o número de leitos por município como insumos</p>	<p>Os municípios mais eficientes são aqueles que contratam mais leitos de hospitais privados, que realizam o maior número de internações, que possuem menor população e que apresentam menor tempo médio de internação.</p>

Fonte: Elaboração própria.

3 MATERIAL E MÉTODOS

3.1 BASE DE DADOS DA LAI

A análise dos dados coletados neste trabalho objetiva identificar os efeitos da despesa com Tecnologia da Informação sobre o tempo de resposta às demandas da Lei de Acesso à Informação – LAI. Para isso foi necessária a extração e manipulação de algumas bases de dados de forma a obter como produto final um painel que contenha o tempo de resposta mensal² por órgão relativo a cada demanda individual solicitada via LAI, juntamente com os recursos orçamentários utilizados por aquele órgão.

A Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011) estabelece procedimentos a serem observados pelo Setor Público³ para garantir o acesso à informação conforme estabelecido na Constituição Federal.

A Lei garante ao cidadão o direito de obter:

- Orientação sobre os procedimentos para a consecução de acesso, bem como sobre o local onde poderá ser encontrada ou obtida a informação almejada;
- Informação contida em registros ou documentos, produzidos ou acumulados por seus órgãos ou entidades, recolhidos ou não a arquivos públicos;
- Informação produzida ou custodiada por pessoa física ou entidade privada decorrente de qualquer vínculo com seus órgãos ou entidades, mesmo que esse vínculo já tenha cessado;
- Informação primária, íntegra, autêntica e atualizada;
- Informação sobre atividades exercidas pelos órgãos e entidades, inclusive as relativas à sua política, organização e serviços;
- Informação pertinente à administração do patrimônio público, utilização de recursos públicos, licitação, contratos administrativos; e
- Informação relativa:
 - à implementação, acompanhamento e resultados dos programas, projetos e ações dos órgãos e entidades públicas, bem como metas e indicadores propostos;
 - ao resultado de inspeções, auditorias, prestações e tomadas de contas realizadas pelos órgãos de controle interno e externo, incluindo prestações de contas relativas a exercícios anteriores.

Como se verifica, a Lei estabeleceu um rol extenso de informações passíveis de serem disponibilizadas aos cidadãos. O pedido de acesso a informação pode ser apresentado

² Os dados do trabalho serão apresentados em bases trimestrais a partir de uma média dos dados mensais.

³ União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

por qualquer interessado e é vedado exigir os motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público. Os órgãos têm o prazo de 20 (vinte) dias para conceder o acesso a informação.

A base de dados da LAI dispõe de informações individualizadas por registro de pedido de informação. Assim, cada demanda realizada recebe um protocolo no sistema e é catalogada de acordo com o tipo do solicitante do pedido, a classificação do assunto, o órgão responsável pela resposta, o número de perguntas, dentre outras informações conforme descrito na Tabela 15.

O número total de registros da LAI no período de maio de 2012 a agosto de 2016 é de 410.825 registros. Porém, como está definido mais à frente, o período utilizado para a geração de informações é menor tendo em vista a necessidade de compatibilização com as outras bases de dados utilizadas.

Os dados são públicos e estão disponibilizados no endereço eletrônico <http://www.acessoainformacao.gov.br/assuntos/relatorios-dados>. Estão no formato “csv”, que permite fácil extração e manipulação. Os arquivos estão disponíveis por ano, de forma que é necessária apenas a junção dos períodos para a consolidação das informações. No caso, foram utilizados 5 arquivos referentes aos anos completos de 2012 a 2015 e ao ano incompleto de 2016. A data de extração foi 27 de agosto de 2016.

A principal informação pretendida com esta extração era o tempo médio dispendido por cada órgão para responder à demanda da LAI em cada mês. Para isso, foram necessários diversos outros ajustes na base de dados. O primeiro deles foi a conversão dos dados de “data de registro”, “data de resposta” e “prazo de atendimento” para o padrão SIF⁴.

Após esta primeira manipulação identificou-se a existência de valores *outliers* que poderiam distorcer o valor do tempo médio de resposta. O primeiro deles era o caso de respostas ocorridas em momento posterior ao prazo final de atendimento e, o segundo deles, o caso de respostas ocorridas com mais de um mês após a solicitação. Considerando que o tempo de resposta decorre de prazo legal, uma das hipóteses para

⁴ *Stata internal form* – Trata-se do padrão interno do Stata para o registro de datas.

as respostas inseridas em período muito superior ao prazo pode ser a ocorrência de falhas no registro da data de resposta.

Desta forma, com vistas a se avaliar o tratamento a ser dado a esta informação, foram produzidos dois marcadores para se identificar a ocorrência de alguma das referidas situações.

As respostas ocorridas dentro do prazo de atendimento totalizaram 382.149 registros. Observe-se que está incluído neste quantitativo as respostas realizadas em prazo superior a 1 mês, que podem decorrer de prorrogações do prazo inicial de atendimento. Dessa forma, precisava-se identificar o tratamento a ser dado ao resíduo de 28.676 registros atendidos fora do prazo. Para isso, foram realizadas duas simulações conforme tabelas a seguir.

Na primeira tabela observa-se que uma quantidade significativa de registros, 16.865, teve o prazo de atendimento cumprido, apesar de ocorrer em período posterior a 720 horas⁵.

Tabela 2 – Número de pedidos por cumprimento de prazo de atendimento na janela de até 720 horas

Prazo cumprido	Prazo menor do que 720 horas		Total
	Sim	Não	
Sim	365.284	16.865	382.149
Não	6.543	22.133	28.676
Total	371.827	38.998	410.825

Fonte: Elaboração própria

Quando é considerado o dobro deste prazo, observa-se que quase a totalidade dos registros concluídos dentro do prazo ocorreu em período menor do que 1.440 horas⁶. Dessa forma, optou-se por excluir os registros com um prazo de resposta superior a 1.440 horas, totalizando a exclusão de 12.682 registros.

O objetivo disso é retirar do cômputo da média valores extremos que poderiam afetar significativamente o tempo médio de resposta e, conseqüentemente, os resultados do trabalho. Inclusive a origem desta discrepância pode estar na demora ou falha em registrar no sistema que houve resposta ao pedido de acesso a informação.

⁵ Equivalente a um mês.

⁶ Equivalente a dois meses.

Tabela 3 – Número de pedidos por cumprimento de prazo de atendimento na janela de até 1440 horas

Prazo cumprido	Prazo menor do que 1440 horas		Total
	Sim	Não	
Sim	381.971	178	382.149
Não	16.172	12.504	28.676
Total	398.143	12.682	410.825

Fonte: Elaboração própria.

Após os ajustes de codificação e formato de datas da base de dados para os padrões do Stata foi realizado o cálculo simples da diferença entre a data de registro da demanda e a data de resposta. Como o campo data estava preenchido com a informação da hora de registro, o resultado desta diferença, e consequentemente do tempo de resposta, é dado em horas, isto é, o tempo em horas para se responder à demanda da LAI.

Contudo é importante observar que a simples diferença entre essas datas poderia resultar em valores incoerentes tendo em vista a existência de fins de semana e feriados, onde não há expediente, em regra, para os órgãos públicos. Por exemplo, uma demanda iniciada na sexta-feira e respondida na segunda-feira seguinte teria o mesmo peso que uma iniciada na segunda-feira e concluída na quinta-feira seguinte, mesmo que no segundo caso houvesse mais dois dias úteis entre as datas.

Para contornar apenas este problema, a utilização de calendário de dias úteis do próprio Stata seria suficiente. Mas desta forma não seriam considerados os eventuais feriados nacionais que impactariam o cálculo desta medida. Optou-se então por encontrar uma medida que permitisse gerar um calendário de dias úteis aplicável ao Brasil, a fim de que esta inserção não ocorresse de forma manual. Como *proxy* para os dias úteis utilizou-se os dias em que o Banco Central divulgou a cotação diária da taxa Selic. Assim, a partir desses dados do Banco Central, para o período de referência, foi gerado um calendário de dias úteis previamente ao cálculo da medida de tempo de resposta.

Outra questão relevante é sobre a periodicidade do levantamento dos dados. Enquanto os dados da LAI são diários, os dados das demais bases de dados utilizadas tem periodicidade mensal. Assim, necessitava-se trazer os dados da LAI para a periodicidade mensal a fim de que houvesse compatibilidade entre as diversas bases de dados utilizadas.

A solução foi calcular um valor mensal para o tempo de resposta da demanda da LAI. Esse valor foi definido como o tempo médio de resposta às demandas de acesso à informação para cada órgão⁷.

3.2 BASE DE DADOS DO ORÇAMENTO

O Brasil disponibiliza publicamente informações orçamentárias em um nível elevado de detalhamento. As três principais fontes de informação pública sobre dados orçamentários são:

- Portal da Transparência do Governo Federal⁸;
- Portal do Orçamento Federal⁹; e
- Portal Siga Brasil¹⁰.

Neste trabalho, optou-se por utilizar os dados disponíveis no Portal Siga Brasil, pois apresentam um nível de desagregação da execução orçamentária próximo da transparência total. Dessa forma, as informações disponibilizadas para acesso público são muitas vezes idênticas àquelas registradas e conhecidas pelos servidores que atuam na execução orçamentária.

A Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, estabelece regras para elaboração e controle dos orçamentos. Conforme definido em Lei, a despesa pública para ser concluída (paga) passa por três estágios. O primeiro deles é o empenho, definido como “o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição”.

O empenho é o primeiro estágio da despesa e representa uma reserva de recursos do orçamento destinada a honrar um compromisso de pagamento, sendo inclusive vedada a realização de despesa sem prévio empenho. A emissão do empenho pode estar relacionada ou não à assinatura de contrato.

⁷ Porém observe-se que a demanda de acesso à informação pode se iniciar em um mês e ser concluída em algum mês seguinte, sendo necessária uma convenção que identifique o mês de referência ao qual aquela demanda se refere. Convencionou-se assim que o mês de referência para o tempo médio de resposta seria o do mês de registro da informação. Assim, foi calculado para cada órgão o tempo médio mensal de resposta às demandas de acesso à informação com base no mês da solicitação.

⁸ <http://www.portaldatransparencia.gov.br>

⁹ <http://www.orcamentofederal.gov.br>

¹⁰ <https://www12.senado.leg.br/orcamento/sigabrasil>

Após a prestação do serviço ou entrega do produto é verificado se o credor tem direito ao recebimento do pagamento. Verifica-se se houve a entrega correta e dentro do previsto para aquilo que foi contratado. Para isso, como etapa prévia e necessária, é feita a liquidação da despesa, que conforme a Lei “consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito”.

Ou seja, identifica-se quem e o que deve ser pago. Por exemplo, quando se trata de um serviço prestado de forma parcelada, verifica-se quais parcelas foram concluídas para que sejam liquidadas previamente ao pagamento. Quando se trata da aquisição de um produto, verifica-se se ele foi entregue adequadamente e em condições de funcionamento.

O caso da prestação de serviços de terceiros é um bom exemplo. A contratação de uma firma para prestação de serviços de suporte a usuários de computador por 12 meses não implica no pagamento total no início do contrato. Em geral, a cada mês de serviços prestados é realizada a verificação dos serviços executados, cuja forma de medição pode ser, por exemplo, por disponibilidade de profissionais no mês, por serviços realizados ou por homem-hora, e liquida-se a despesa daquele mês para posterior pagamento.

No caso da aquisição de equipamentos, a liquidação ocorre após a entrega e teste dos equipamentos verificando a total conformidade com os requisitos contratuais. Após a liquidação a despesa está apta a ser paga. Constituído isso apenas como a formalização da entrega do recurso ao credor. Ressalte-se que o pagamento só poderá ser efetuado após a etapa de liquidação da despesa (SANCHES, 2004).

Para este trabalho, a principal etapa considerada será do empenho, por representar o compromisso assumido pela administração pública com a contratação de um serviço ou aquisição de um equipamento.

Quanto à periodicidade dos registros, assim como na base de dados da LAI, as despesas de orçamento também estão disponíveis em períodos anuais. Dessa forma, extraiu-se as bases referentes aos anos de 2012 a 2016¹¹ e importou-se para o Stata, sendo feito posteriormente o tratamento das bases a fim de que fossem consolidadas.

¹¹ Extraídas em 28 de agosto de 2016.

Uma das dificuldades para a consolidação das bases foi em relação à compatibilidade das informações comuns. Enquanto a base de dados da LAI adota uma codificação para o nome dos órgãos, a base de dados de Orçamento adota outra codificação. O exemplo a seguir deixa claro esta diferença:

- Base de orçamento: CENTRO FED.EDUC.TECN.CELSO SUCKOW DA FONSECA;
- Base da LAI: Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca.

Assim, considerando a dimensão das informações registradas, mais de 400 mil registros apenas na base de dados da LAI, se fez necessária a prévia organização das informações de nomes dos órgãos para que fosse possível a mesclagem das duas bases.

Outra dificuldade de compatibilidade decorre do universo de alcance das duas bases. Os dados de Orçamento são referentes a 291 órgãos, enquanto as informações da LAI compreendem 313 instituições. Entretanto existem algumas diferenças relevantes entre a natureza dos órgãos existentes em cada base conforme se vê a seguir.

Os dados de orçamento são relativos a órgãos inseridos no Orçamento Fiscal da União. Não constam portanto dados para empresas estatais não dependentes, como o Banco do Brasil, a Petrobrás e diversas outras companhias que não dependem de recursos fiscais para custeio. Porém estas empresas constam da base de dados da LAI por estarem obrigadas a prestarem informações aos cidadãos.

Por outro lado, constam da base de Orçamento dados sobre órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário federal, que compõem o Orçamento Fiscal da União. Mas estas informações não figuram na base de dados da LAI. Apesar de também estarem obrigadas a prestarem informações aos cidadãos, não fazem parte do sistema gerido pelo Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria da União – CGU.

Após a organização e compilação em planilha de apoio foi realizada a correspondência entre os órgãos presentes nas duas bases. Os critérios foram orientados à busca de similaridade entre os órgãos cadastrados nas duas bases. A Tabela 18 detalha a correspondência utilizada para cada um dos casos encontrados.

3.3 O SETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

O setor de Tecnologia da Informação - TI tem ganhado expressiva relevância nos últimos anos, tanto no setor público quanto no setor privado. Conforme dados da Pesquisa Anual de Serviços do IBGE, o valor adicionado bruto do setor de serviços de tecnologia da informação foi de R\$ 52 bilhões em 2013. Este valor representa tudo que foi criado pelo setor, já descontado o consumo intermediário. Para se ter uma ideia da dimensão deste número, este valor representa aproximadamente 77% do valor adicionado pelo setor de telecomunicações naquele ano.

Do ponto de vista do gasto governamental é importante considerar duas vertentes dos gastos com TI. A primeira é referente às despesas finalísticas de TI. Estas despesas estão identificadas na Subfunção orçamentária Tecnologia da Informação. Outros exemplos de despesas classificadas ao nível de Subfunção são Administração Geral, Controle Interno e Ordenamento Territorial. A segunda é referente às despesas classificadas como de TI, mas que não necessariamente contribuam para um programa finalístico de TI. Por exemplo, a aquisição de um computador ou de um sistema para a portaria de um órgão considera-se, em geral, uma despesa administrativa.

Esta Subfunção faz parte da funcional programática de alguns programas orçamentários, como, por exemplo, o programa Gestão e Aprimoramento dos Recursos de Tecnologia da Informação e de Logística do Serviço Público Federal de responsabilidade do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Portanto todas as despesas destes programas têm uma classificação própria e a execução das despesas pode ser consultada no Portal da Transparência. A tabela a seguir apresenta a evolução destas despesas desde 2013.

Tabela 4 – Gastos na Subfunção Tecnologia da Informação – Valores em R\$

2013	2014	2015
5.076.036.740	4.705.761.479	3.052.588.258

Fonte: Portal da Transparência

Neste primeiro grupo não estão relacionadas dois tipos de despesas de TI: as diretamente atribuídas à administração da unidade; e as que não façam parte da Subfunção Tecnologia da Informação. Isto é, as despesas de TI ligadas a atividades administrativas do órgão não constam desta subfunção. Por outro lado, despesas com

diárias e passagens relacionadas a um projeto de TI (viagens a serviço para o desenvolvimento de um supercomputador, por exemplo) podem estar relacionadas nesta subfunção.

Para fins deste trabalho, os gastos de TI, em geral, finalísticos ou não, que são relevantes. A sua obtenção ocorre ao nível de subelemento de despesa por tipo de produto ou serviço. Portanto despesas com diárias e passagens, como exemplificado anteriormente, não serão classificadas neste trabalho como despesas de TI. A Secretaria de Orçamento Federal divulga desde 2013 o valor das despesas com Tecnologia da Informação, conforme tabela consolidada a seguir:

Tabela 5 – Despesas Empenhadas com TI – Valores em R\$

2013	2014	2015
7.779.208.052	8.366.081.882	7.734.577.950

Fonte: Portal www.orcamentofederal.gov.br

Estes dados representam o total das despesas de Tecnologia da Informação da Administração Pública Federal e são a melhor medida do tamanho do setor de TI do Governo Federal. Observe-se que este valor representa aproximadamente 14% do valor adicionado em 2013 de todo o setor. Dessa forma, verifica-se a grande relevância das despesas de TI do Governo Federal¹². A inclusão do total das despesas de TI das empresas estatais não dependentes e dos demais níveis de governo, que não constam da tabela anterior, implicaria em um valor ainda mais significativo. Porém estas informações não são disponibilizadas de forma sistematizada.

3.4 DESPESAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

A relação da classificação das despesas de TI utilizadas neste trabalho consta da Tabela 16. Na base de dados de Orçamento identificou-se a ocorrência de 1.232 categorias de despesas. Os dados da tabela citada foram utilizados para se realizar a filtragem das categorias de despesas de TI.

Ainda em relação à classificação das despesas orçamentárias, elas estão divididas por modalidade de aplicação compreendendo as seguintes classificações:

- Aplicação direta;

¹² Em todos os Poderes.

- Aplicação em governos municipal, estadual ou federal;
- Transferências a instituições, inclusive no exterior.

Considerando que o principal objeto de estudo deste trabalho é o impacto da despesa orçamentária sobre os serviços públicos prestados pelos órgãos e que é fundamental que esta despesa tenha relação com as atividades dos órgãos, as duas últimas classificações foram desconsideradas. Não vislumbrou-se prejuízo metodológico, primeiro por não esperar que um recurso aplicado fora do órgão retorne como algum benefício para o seu funcionamento, em segundo lugar, pela baixa expressão dessas despesas tendo em vista que representam menos de 15% da despesa total no período considerado¹³, inclusive aquelas decorrentes de repasses de recursos por intermédio de convênios junto a estados e municípios.

Ainda, despesas de pessoal e outras que não são relacionadas diretamente às atividades dos órgãos não foram objeto de apuração¹⁴¹⁵ mesmo estando classificadas como aplicações diretas. Em síntese, são consideradas neste trabalho apenas as despesas de custeio ou investimento com modalidade de aplicação direta.

Realizados estes ajustes, consolidou-se os dados pelo somatório das despesas por tipo de despesa de TI, órgão e mês de registro.

3.5 MESCLAGEM DAS BASES DA LAI E ORÇAMENTO

Após o tratamento citado anteriormente, as bases foram mescladas utilizando-se a base da LAI com a base de orçamento. Assim, para cada registro da LAI obteve-se a informação relativa à execução da despesa pública no mês para o referido órgão. Optou-se por realizar a mesclagem dessa forma, inclusive antes de se calcular a média trimestral do tempo de resposta aos pedidos da LAI, para que não se perdessem informações relevantes de cada registro da LAI, como as apresentadas na Tabela 15. Por exemplo, registros relativos a origem do pedido, a classificação do assunto, dentre outros.

¹³ Valor calculado a partir do critério despesas empenhadas para todo o período. A despesa total nominal empenhada foi de R\$ 10,7 trilhões, respondendo as aplicações diretas por R\$ 9,2 trilhões. Quando considerados apenas os órgãos com correspondência na base da (Tabela 18), a despesa nominal empenhada foi de R\$ 8,4 trilhões, respondendo as aplicações diretas por R\$ 7,1 trilhões.

¹⁴ Dentre as despesas de pessoal incluem-se as despesas com pessoal ativo e inativo que não tem relação direta com as atividades do órgão além de não terem o caráter de discricionariedade.

¹⁵ As categorias não consideradas foram: despesas de pessoal, juros e encargos da dívida, inversões financeiras e amortização da dívida. Juntas compreendem 64,7% das despesas relativas à categoria aplicação direta.

3.6 BASE DE DADOS DO QUANTITATIVO DE SERVIDORES

A base de dados do quantitativo de servidores foi extraída do Portal da Transparência do Governo Federal¹⁶. Estes dados estão disponíveis no formato “csv” com periodicidade mensal. Foram extraídas 44 planilhas compreendendo o período de janeiro de 2013 a agosto de 2016¹⁷.

Novamente enfrentou-se o problema de nomenclatura dos órgãos com especificação diferente das outras bases¹⁸. A solução foi criar uma tabela que identificasse para cada órgão a sigla correspondente e assim fosse possível a mesclagem posterior das três bases utilizadas.

Apesar de se tratar de uma base com diversas informações funcionais¹⁹, o objetivo neste trabalho foi a identificação do número mensal de servidores em cada órgão. Esta informação é considerada necessária como variável de controle pois indica características próprias de cada órgão que podem interferir diretamente na capacidade de resposta às demandas da LAI.

3.7 DA PERIODICIDADE DIFERENTE DE CADA BASE

É importante destacar que cada uma das três fontes de base de dados utilizada tem uma periodicidade diferente. O período mais completo é o da base de orçamento, que tem dados para todos os cinco anos avaliados neste estudo. A base da LAI compreende dados a partir de maio de 2012, enquanto a base de dados do quantitativo de servidores compreende dados a partir de janeiro de 2013.

3.8 PAINEL

O trabalho de Hsiao (1986) foi fundamental para a literatura de dados em painel. A utilização de dados em painel é vantajosa pois permite a avaliação de diversos indivíduos ao longo do tempo de forma conjunta. Porém a utilização destes dados só se tornou viável com o passar do tempo e, principalmente, pela divulgação de dados padronizados para diversos países.

¹⁶ Acesso realizado em 12 de outubro de 2016.

¹⁷ São 14,9 Gigabytes de arquivos.

¹⁸ Além disso, foram necessários outros ajustes em relação a *missing values* e codificação de dados para o formato do Stata.

¹⁹ Inclusive informações pessoais disponíveis publicamente.

O poder dos dados em painel decorre da possibilidade de se isolar efeitos de ações específicas, tratamentos ou outras políticas (HSIAO, 1986).

Nesse sentido, considerando a disponibilidade de dados para vários órgãos durante diversos meses, optou-se por consolidá-los em painel. O painel dos dados contém informações consolidadas trimestre a trimestre, órgão a órgão, relativas às despesas empenhadas, liquidadas e pagas; ao número de servidores; ao número de demandas e ao número de perguntas da LAI; e ao tempo médio de resposta às demandas.

4 RESULTADOS

4.1 ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS

Após os diversos ajustes necessários nas bases de dados, apresenta-se a seguir as principais estatísticas descritivas calculadas. Preliminarmente, observa-se dos dados que a maior parte das demandas se encontra no grupo de Ministérios e de outras instituições.

Tabela 6 – Número de demandas por grupo de órgão

Grupo	Número de demandas	Percentual
Agências Reguladoras	42.154	14,28%
IFES	29.741	10,08%
Ministérios	95.534	32,37%
Outros	127.679	43,27%
Total	295.108	100%

Fonte: Elaboração própria.

Em relação ao número de demandas por órgão, quando se avalia as instituições com maior número de demandas (Tabela 17), observa-se que apenas 15 órgãos respondem por mais de 50% de todos os pedidos de acesso à informação. A tabela a seguir lista estes 15 órgãos.

Tabela 7 – Órgãos com maior quantidade de demandas

Órgão	Quantidade de demandas	Distribuição acumulada crescente (%)
MF	23338	7.91
INSS	20492	14.85
ANEEL	17287	20.71
SUSEP	10262	24.19
MEC	10053	27.59
BACEN	9398	30.78
MS	8612	33.70
INEP	8495	36.58
MTE	8049	39.30
MP	6870	41.63
ECT	6576	43.86

Órgão	Quantidade de demandas	Distribuição acumulada crescente (%)
ANATEL	6450	46.04
MAPA	5862	48.03
IBAMA	5473	49.89
FNDE	5336	51.69

Fonte: Elaboração própria.

A tabela a seguir apresenta a quantidade de demandas por categoria de pedido. As perguntas sobre Economia e Finanças, Educação, e Governo e Política representam juntas 48,21% das demandas de acesso à informação.

Tabela 8 – Número de demandas por categoria do pedido e distribuição acumulada

Categorias do pedido	Quantidade de demandas	Distribuição acumulada (%)
Economia e Finanças	53376	18.09
Educação	47148	34.06
Governo e Política	41739	48.21
Pessoa, família e sociedade	31775	58.97
Ciência, Informação e Comunicação	31335	69.59
Saúde	16989	75.35
Trabalho	14324	80.20
Transportes e trânsito	11510	84.10
Agricultura, extrativismo e pesca	9423	87.30
Defesa e Segurança	8461	90.16
Cultura, Lazer e Esporte	6162	92.25
Meio ambiente	6076	94.31
Justiça e Legislação	4833	95.95
Indústria	3754	97.22
Comércio, Serviços e Turismo	3345	98.35

Categorias do pedido	Quantidade de demandas	Distribuição acumulada (%)
Habitação, Saneamento e Urbanismo	2681	99.26
Relações internacionais	2177	100.00
Total	295108	-

Fonte: Elaboração própria.

Outra medida relevante é a do número de perguntas por demanda. Conforme dados da base LAI, mais de 95% das demandas têm até 3 perguntas. As demandas com apenas uma única pergunta representam 85% de todas as demandas.

Em relação à forma de resposta, verifica-se da tabela a seguir que mais de 80% das respostas são realizadas pelo sistema.

Tabela 9 – Número de demandas por categoria do pedido e distribuição acumulada

Forma de resposta	Número de demandas	Tempo médio de resposta (horas)
Buscar/Consultar pessoalmente	4108	212
Correspondência eletrônica (e-mail)	28575	264
Correspondência física (com custo)	1768	320
Pelo sistema (com avisos por email)	260657	272
Total	295108	-

Fonte: Elaboração própria.

A seguir passa-se a apresentar a análise do impacto da despesa de tecnologia da informação sobre o tempo de resposta às demandas da LAI.

4.2 EFEITOS DA DESPESA DE TI

Preliminarmente, apresenta-se na tabela a seguir a composição dos tipos de despesas considerados no período. Observa-se que a despesa de TI representa, em suas três categorias, aproximadamente 1,89% das despesas. Considerando esta discrepância e a grandeza dos valores envolvidos, optou-se por utilizar a proporção da despesa total de TI em relação à despesa total pois refletiria de maneira mais adequada o nível do gasto de TI por órgão, permitindo a comparação de órgãos com tamanhos muito diferentes.

Tabela 10 – Valores empenhados por grupo de despesas de TI – Valores em R\$ 0,00

Empenhado	Valor	Percentual
Hardware	3.429.646.699	0,31%
Despesas Software	3.781.618.494	0,34%
Despesas Diversas de TI	13.997.161.583	1,25%
Despesas de Energia Elétrica	5.562.431.561	0,50%
Outras Despesas Diversas	1.095.018.117.716	97,61%
TOTAL	1.121.788.976.053	

Fonte: Elaboração própria

A despesa de energia elétrica está sendo considerada de forma separada das demais despesas pois representa uma importante variável de controle em relação à dimensão dos órgãos envolvidos.

Observa-se também que a proporção de despesas de *hardware* e *software* frente a outras despesas de TI é reduzida, representando juntas aproximadamente 34% do total. Isto não significa que 76% das despesas de TI não sejam de *software*, nem de *hardware*. De fato, como os controles orçamentários para a classificação da despesa de TI não são rígidos, boa parte desta diferença pode ser atribuída à má classificação contábil. Alguns órgãos podem adotar uma classificação mais precisa, enquanto outros não. Assim, despesas que deveriam ser de *hardware* ou de *software* acabam sendo classificadas de outra forma.

A análise dos microdados orçamentários referentes ao empenho e liquidação de despesas de TI poderia evidenciar isto de forma mais clara, porém foge ao escopo deste trabalho. Neste sentido, sem perda de generalidade, foi considerado o agregado das despesas de TI referentes aos três tipos tratados anteriormente.

Em replicações futuras deste trabalho, estas simulações poderão ser realizadas de forma desagregada, principalmente levando-se em conta melhorias do registro da informação relativa a TI.

A análise dos efeitos passa a ser realizada logo a seguir. Os resultados são apresentados e avaliados sob três modelos: painel com efeitos fixos, painel com efeitos aleatórios e painel com Arellano-Bond.

A principal variável explicativa é a proporção de despesas empenhadas de TI. Utilizou-se essa medida por ser aquela que melhor representa o volume do gasto total e o momento de realização da intervenção. Isto é, quando se contrata um serviço ou

um software o empenho tende a representar a maior parte do valor da contratação. Já a liquidação da despesa representa as fases de apropriação dessa, isto é, após a entrega de determinado serviço ou produto.

Em condições ideais e para bens perfeitamente divisíveis a liquidação da despesa de TI deveria representar o aumento das capacidades produtivas ou administrativas da organização. Porém a lógica das contratações e da execução da despesa pública contém determinadas propriedades que dificultam essa relação direta, sendo, portanto, preferível a análise dos resultados pela ótica do empenho.

Para facilitar a percepção dos efeitos, foram atribuídos nomes para as variáveis que possibilitassem uma compreensão direta:

Tabela 11 – Descrição das variáveis

Nome da variável	Descrição
prop_emp_TI	Proporção de despesas de TI empenhadas em relação à despesa total no período
prop_emp_EN_ELET	Proporção de despesas de energia elétrica empenhadas em relação à despesa total no período
nrperguntas	Número de perguntas decorrentes de demandas da LAI recebidas no período
nrdemandas	Número de demandas da LAI recebidas no período
nrservidor	Número de servidores em atividade no órgão no período

Fonte: Elaboração própria.

Preliminarmente, avaliou-se a existência de heterocedasticidade para efeitos fixos. Não foi possível confirmar a homocedasticidade dos resíduos, motivo pelo qual passou-se a adotar erros robustos à heterocedasticidade.

Considerando que as despesas empenhadas mensais podem ter muita volatilidade ao longo do tempo, após a elaboração do painel foi aplicado o procedimento *tsccollap* do Stata, que permite compactar séries de tempo em médias ou somas de valores. No caso

deste trabalho, entendeu-se mais adequado realizar a compactação dos valores em níveis trimestrais. Portanto a periodicidade das variáveis citadas anteriormente foi alterada para a média de três meses.

A tabela a seguir apresenta os resultados das regressões por efeitos fixos e por efeitos aleatórios. Observa-se que nos dois modelos foram encontrados valores significativos para a despesa empenhada de TI, o que caracteriza um efeito redutor do tempo de resposta das demandas da LAI de acordo com o aumento da proporção da despesa empenhada de TI.

É curioso notar o sinal negativo para o número de demandas. Este valor não era esperado, pois a intuição indica que quanto mais demandas da LAI houver, mais tempo os órgãos levarão para responder. Porém o que esta informação pode indicar é que órgãos que recebem mais demandas estão mais estruturados para responde-las e, além disso, algumas demandas podem ser repetidas, facilitando uma resposta mais ágil.

A variável de controle “Proporção de despesas de energia elétrica empenhadas em relação à despesa total no período” também apresenta valores positivos e significativos. Isto evidencia uma característica de que órgãos maiores tendem a responder de forma mais lenta, o que vai de encontro ao achado anterior, de que órgãos que se deparam com um número maior de demandas tendem a responde-las mais rapidamente.

Já o sinal positivo para o número de perguntas pode ter relação com a complexidade das demandas, apesar de não ter significância estatística. As demandas que contenham mais de uma pergunta podem ter uma complexidade maior para serem respondidas e com isso levarem mais tempo para serem encaminhadas.

Tabela 12 – Resultados dos modelos com efeitos fixos e com efeitos aleatórios

Variáveis	Efeitos Fixos	Efeitos Aleatórios
	Tmedio	Tmedio
prop_emp_TI	-0.0101** (-2.74)	-0.0122** (-3.24)
prop_emp_EN_ELET	0.109*** (4.32)	0.116*** (5.21)
nrperguntas	0.0650 (0.63)	0.107 (1.19)

Variáveis	Efeitos Fixos	Efeitos Aleatórios
	Tmedio	Tmedio
nrdemandas	-0.271*	-0.333***
	(-2.32)	(-3.44)
nrservidores	-0.00181	0.000239
	(-0.46)	(0.16)
dummy_trimestre1	0	-15.90
	(.)	(-1.13)
dummy_trimestre2	7.513	-7.936
	(0.68)	(-0.52)
dummy_trimestre3	-2.454	-18.11
	(-0.26)	(-1.48)
dummy_trimestre4	28.93**	13.04
	(2.69)	(1.02)
dummy_trimestre5	-12.68	-27.99*
	(-1.25)	(-2.10)
dummy_trimestre6	14.25	-1.261
	(1.29)	(-0.09)
dummy_trimestre7	3.689	-11.72
	(0.37)	(-0.91)
dummy_trimestre8	22.67*	7.575
	(2.05)	(0.60)
dummy_trimestre9	9.137	-6.342
	(0.80)	(-0.50)
dummy_trimestre10	8.977	-7.058
	(0.74)	(-0.66)
dummy_trimestre11	24.08*	7.872
	(2.02)	(0.72)
dummy_trimestre12	49.86***	33.94**
	(3.91)	(2.72)
dummy_trimestre13	13.48	-2.797
	(1.07)	(-0.27)
dummy_trimestre14	14.81	0
	(1.05)	(.)
Grupo ²⁰	0	-12.08
	(.)	(-1.52)
_cons	313.4***	357.0***
	(21.95)	(14.76)
N	2298	2298

t statistics in parentheses. * $p < 0.05$, ** $p < 0.01$, *** $p < 0.001$.

Fonte: Elaboração própria.

²⁰ Indica o grupo: 1 para Agências Reguladoras, 2 para Instituições Federais de Ensino Superior, 3 para Ministérios e 4 para Outros.

Considerando a utilização de erros robustos à heterocedasticidade, não foi possível a realização do teste de Hausman para identificar se há diferença entre o modelo de efeitos fixos e o de efeitos aleatórios.

Os resultados das estimações por efeitos fixos e efeitos aleatórios convergem com a principal hipótese do trabalho, que é a influência favorável da despesa de TI sobre os serviços prestados pelos órgãos públicos.

Apesar das variáveis de controle especificadas no modelo guardarem relação direta com o tempo de resposta existem outras variáveis não especificadas que influenciam este tempo de resposta. Entre elas podemos citar a estrutura de governança existente para processar e autorizar as respostas à LAI, a qualificação e estrutura dada ao setor ou setores responsáveis pelas respostas e, ainda, um efeito nível relativo ao tempo de resposta histórico da instituição. Estas informações suscitam a necessidade de se utilizar um modelo dinâmico.

No caso específico aplicaremos o procedimento sugerido por Arellano-Bond (1991). A sua utilização implica na extração de efeitos que não são observados pelas primeiras diferenças, realizando a estimação pelo Método Generalizado dos Momentos (GMM). A variável dependente é defasada em três períodos e utilizada como instrumento.

Também foi encontrado um valor significativo e negativo para a despesa empenhada com TI. A diferença principal entre os três modelos é que no modelo dinâmico nota-se uma ligeira intensidade maior desta despesa sobre o tempo médio de resposta às demandas da LAI.

Tabela 13 – Resultados dos modelos com efeitos fixos, efeitos aleatórios e modelo dinâmico

Variáveis	Fixos	Aleatórios	Dinâmico
	Tmedio	Tmedio	Tmedio
prop_emp_TI	-0.0101** (-2.74)	-0.0122** (-3.24)	-0.0129* (-2.14)
prop_emp_EN_EL	0.109*** (4.32)	0.116*** (5.21)	0.134*** (4.57)
nrperguntas	0.0650 (0.63)	0.107 (1.19)	0.0128 (0.20)
nrdemandas	-0.271* (-2.32)	-0.333*** (-3.44)	-0.123 (-1.31)
nrservidores	-0.00181 (-0.46)	0.000239 (0.16)	-0.00386 (-1.29)
dummy_trimestre1	0	-15.90	

Variáveis	Fixos	Aleatórios	Dinâmico
	Tmedio	Tmedio	Tmedio
	(.)	(-1.13)	
dummy_trimestre2	7.513	-7.936	
	(0.68)	(-0.52)	
dummy_trimestre3	-2.454	-18.11	
	(-0.26)	(-1.48)	
dummy_trimestre4	28.93**	13.04	33.87**
	(2.69)	(1.02)	(2.95)
dummy_trimestre5	-12.68	-27.99*	-9.058
	(-1.25)	(-2.10)	(-0.79)
dummy_trimestre6	14.25	-1.261	25.80*
	(1.29)	(-0.09)	(2.21)
dummy_trimestre7	3.689	-11.72	0.152
	(0.37)	(-0.91)	(0.02)
dummy_trimestre8	22.67*	7.575	18.96*
	(2.05)	(0.60)	(2.00)
dummy_trimestre9	9.137	-6.342	
	(0.80)	(-0.50)	
dummy_trimestre1	8.977	-7.058	12.58
	(0.74)	(-0.66)	(1.52)
dummy_trimestre1	24.08*	7.872	17.51
	(2.02)	(0.72)	(1.72)
dummy_trimestre1	49.86***	33.94**	41.35***
	(3.91)	(2.72)	(3.71)
dummy_trimestre1	13.48	-2.797	10.87
	(1.07)	(-0.27)	(0.94)
dummy_trimestre1	14.81	0	6.165
	(1.05)	(.)	(0.49)
Grupo	0	-12.08	97.93***
	(.)	(-1.52)	(6.99)
L.Tmedio			0.121
			(1.86)
L2.Tmedio			0.0222
			(0.49)
L3.Tmedio			0.0106
			(0.31)
_cons	313.4***	357.0***	0
	(21.95)	(14.76)	(.)
N	2298	2298	1333

t statistics in parentheses. * $p < 0.05$, ** $p < 0.01$, *** $p < 0.001$.

Fonte: Elaboração própria.

A tabela a seguir consolida as informações encontradas para cada um dos modelos..

Tabela 14 – Síntese dos valores calculados

Modelo	Proporção de despesa empenhada de TI	Número de perguntas	Número de demandas	Número de servidores
Esperado	-	+	+	-
Efeitos fixos	- *	+	- *	-
Efeitos aleatórios	- *	+	- *	+
Dinâmico	- *	+	-	-

Fonte: Elaboração própria.

* Com significância estatística.

5 DISCUSSÃO

Os resultados apresentados anteriormente implicam em uma reação positiva do setor público aos gastos em tecnologia da informação. Há uma tendência à redução do tempo de resposta às demandas da LAI conforme aumenta-se a despesa empenhada com TI. Isto é sustentado pela teoria apresentada anteriormente que atribui à TI relevante importância sobre as atividades burocráticas das organizações.

Destaca-se que a abordagem utilizada neste trabalho tem características singulares em relação a outros trabalhos, por se avaliar o efeito da despesa pública sobre os resultados mensuráveis do serviço público de maneira ampla, não discriminatória e sem necessidade de recorrer a *surveys*. O potencial de replicação deste trabalho é significativo.

O efeito de maior intensidade da despesa de TI, encontrado com o método GMM utilizando-se o estimador Arellano-Bond, é consistente com a aceção comum de que a despesa com tecnologia da informação melhora a capacidade de resposta dos órgãos. O resultado apresentado indica que o aumento da proporção de gastos com TI tem efeito positivo sobre a capacidade de resposta dos órgãos às demandas dos cidadãos, de forma que estas respostas ocorrem de forma mais rápida.

No caso deste trabalho, ao identificar-se uma redução do tempo de resposta da LAI em relação ao aumento da proporção das despesas de TI, evidencia-se um aumento de produtividade.

6 CONCLUSÃO

Este trabalho apresentou uma forma inovadora de verificar impactos da despesa pública sobre o serviço público. Identificou-se a prestação de um serviço público quase homogêneo por diversos órgãos, com uma larga base de dados em formato aberto. A utilização desta base de dados possibilitou a análise do impacto de uma despesa pública específica, a despesa de TI.

Observou-se que a despesa de TI influencia favoravelmente o tempo de resposta às demandas da Lei de Acesso à Informação – LAI. Os órgãos que aplicam mais recursos em TI tendem a dar respostas mais rápidas às demandas dos cidadãos. Isso mostra de maneira indireta que as despesas de TI tornam a burocracia mais ágil.

Esta abordagem tem o potencial de ser utilizada em outros trabalhos que avaliem o impacto da despesa pública sobre a prestação de informações ao cidadão sem que haja necessidade de realização de *surveys*, gerando grande potencial de replicabilidade.

Outras questões poderão ser objeto de avaliação. A qualidade da força de trabalho é uma delas. Será que órgãos com carreiras estruturadas, como o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e o Ministério da Fazenda, produzem resposta mais rápidas e sujeitas a menos recursos do que outros órgãos sem carreiras próprias. Qual a influência da orientação governamental em relação à prestação de informação. Haverá uma tendência a mais negativas de resposta em governos de esquerda ou de direita? Órgãos independentes, como as agências reguladoras e as Instituições Federais de Ensino Superior – IFES tendem a abrir mais suas informações ou a negá-las?

Este trabalho possibilitará levar à discussão científica essas e outras questões que muitas vezes não são objeto de estudo econômico tendo em vista a dificuldade de obtenção de dados que reflitam de forma objetiva e universal a prestação de um serviço público.

7 TABELAS ANEXAS

Tabela 15 – Detalhamento dos campos existentes no arquivo de registros da LAI

CAMPOS	DETALHAMENTO
IdPedido - inteiro	identificador único do pedido (não mostrado no sistema)
ProtocoloPedido - texto(17)	número do protocolo do pedido
OrgaoSuperiorAssociadoaoDestinatario - texto(250)	Quando o órgão for vinculado, este campo traz o nome do seu órgão superior
OrgaoDestinatario - texto(250)	nome do órgão destinatário do pedido
Situacao - texto(200)	descrição da situação do pedido
DataRegistro - Data DD/MM/AAAA HH:MM:SS	data de abertura do pedido
PrazoAtendimento - Data DD/MM/AAAA HH:MM:SS	data limite para atendimento ao pedido
FoiProrrogado - texto(3) "Sim" ou "Não"	informa se houve prorrogação do prazo do pedido
FoiReencaminhado - texto(3) "Sim" ou "Não"	informa se o pedido foi reencaminhado
FormaResposta - texto(200)	tipo de resposta escolhida pelo solicitante na abertura do pedido
OrigemSolicitacao - texto(50)	informa se o pedido foi aberto em um Balcão SIC ou pela Internet
IdSolicitante - inteiro	identificador único do solicitante (não mostrado no sistema)
CategoriaPedido - texto(200)	categoria do pedido atribuída pelo SIC de acordo com o VCGE (Vocabulário Controlado do Governo Eletrônico)
SubCategoriaPedido - texto(200)	subcategoria do pedido atribuída pelo SIC de acordo com o VCGE (Vocabulário Controlado do Governo Eletrônico)
NumeroPerguntas - inteiro	número de perguntas feitas no pedido
DataResposta - Data DD/MM/AAAA HH:MM:SS	data da resposta ao pedido (campo em branco para pedidos que ainda estejam na situação "Em Tramitação")
TipoResposta - texto(100)	tipo resposta dada ao pedido (campo em branco para pedidos que ainda estejam na situação "Em Tramitação")
ClassificacaoTipoResposta - texto(200)	subtipo da resposta dada ao pedido (campo em branco para pedidos que ainda estejam na situação "Em Tramitação")

Fonte: Portal da LAI.

Tabela 16 – Detalhamento das despesas de TI detalhada até o nível de subelemento

DESPESAS COM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	CÓDIGO
Material de Processamento de Dados	333017
Consultoria em Tecnologia da Informação	333504
Manutenção e Conservação de Equipamento de Processamento de Dados	333654
Serviços Técnicos de Profissionais de T.I.	333657
Manutenção de Software	333709
Suporte a Infraestrutura de T.I.	333727
Suporte a Usuário de T.I.	333728
Manutenção de Software	333908
Locação de Softwares	333911
Desenvolvimento de Software	333926
Suporte de Infraestrutura	333927
Suporte a Usuários de Tecnologia da Informação	333928
Hospedagem de Sistemas	333930
Locação de Equipamentos de Processamento de Dados	333931
Serviços de Tecnologia da Informação	333956
Serviços de Processamento de Dados	333957
Manutenção e Conservação de Equipamentos de Processamento de Dados	333995
Comunicação de Dados	333997
Material de Processamento de Dados	443017
Consultoria em Tecnologia da Informação	443504
Desenvolvimento de Software	443645
Aquisição de Software sob encomenda	443646
Melhoria equipamento processamento de dados	443654
Serviços Técnicos de Profissionais de T.I.	443657
Manutenção Evolutiva de Software	443792
Aquisição de Software sob encomenda	443793
Serviços Técnicos de Profissionais de T.I.	443957
Desenvolvimento de Software	443992
Aquisição de Software	443993
Melhoria equipamento processamento de dados	443995
Comunicação de Dados	443997
Equipamentos de Processamento de Dados	445235

Fonte: Manual Técnico de Orçamento 2016

Tabela 17 – Quantidade de demandas por órgão e distribuição acumulada crescente

Órgão	Quantidade de demandas	Distribuição acumulada crescente (%)
MF	23338	7.91
INSS	20492	14.85
ANEEL	17287	20.71
SUSEP	10262	24.19
MEC	10053	27.59
BACEN	9398	30.78
MS	8612	33.70
INEP	8495	36.58
MTE	8049	39.30
MP	6870	41.63
ECT	6576	43.86
ANATEL	6450	46.04
MAPA	5862	48.03
IBAMA	5473	49.89
FNDE	5336	51.69
CEF	4969	53.38
MJ	4596	54.94
CEX	4476	56.45
ANVISA	4315	57.91
CGU	4311	59.37
ANTAQ	4272	60.82
DPF	3950	62.16
MCIDADES	3560	63.37
MinC	3395	64.52
IBGE	2924	65.51
MPS	2842	66.47
MRE	2821	67.43
INCRA	2713	68.35
MC	2705	69.26
BNDES	2477	70.10
MT	2460	70.94
ANS	2443	71.76
DPRF	2234	72.52
CAPES	2161	73.25
COMAER	2127	73.97
ANAC	2073	74.68
MDS	1889	75.32
AGU	1878	75.95
ANP	1816	76.57
ANTT	1795	77.18
CMAR	1517	77.69
PETROBRAS	1479	78.19
DATAPREV	1443	78.68
FUNAI	1387	79.15

Órgão	Quantidade de demandas	Distribuição acumulada crescente (%)
DPU	1385	79.62
DNPM	1218	80.03
MME	1193	80.44
EMBRAPA	1169	80.83
MMA	1143	81.22
ME	1137	81.61
UFRJ	1123	81.99
MCT	1089	82.36
ANA	1073	82.72
MDA	1062	83.08
UNB	1062	83.44
BNB	1044	83.79
MD	1011	84.14
MDIC	989	84.47
SERPRO	957	84.79
VALEC	925	85.11
ICMBio	921	85.42
MI	858	85.71
CVM	825	85.99
UFMG	722	86.24
IFB	711	86.48
UFC	705	86.72
INPI	675	86.94
IPHAN	666	87.17
ANCINE	630	87.38
UFSC	630	87.60
UFAM	629	87.81
FIOCRUZ	600	88.01
EBSERH	575	88.21
FUNASA	572	88.40
UFF	567	88.59
UFG	542	88.78
UFPE	539	88.96
UFES	532	89.14
EBC	531	89.32
IFCE	516	89.50
UNIFESP	505	89.67
CBTU	502	89.84
CONAB	486	90.00
UFJF	481	90.16
UFPR	468	90.32
UFPB	458	90.48
INMETRO	457	90.63
CADE	453	90.79
IFRN	414	90.93

Órgão	Quantidade de demandas	Distribuição acumulada crescente (%)
FBN	410	91.07
IFSP	410	91.20
IFPB	405	91.34
UFAL	403	91.48
EPE	383	91.61
UNIVASF	382	91.74
IFGO	381	91.87
UFS	378	91.99
UFMA	377	92.12
UFOP	369	92.25
CMB	368	92.37
IFMG	368	92.50
CEFET-RJ	360	92.62
IFBA	357	92.74
IFPR	354	92.86
IPEA	354	92.98
UFRGS	349	93.10
FUNARTE	345	93.21
UFMT	344	93.33
FCP	342	93.45
AEB	339	93.56
IFMT	339	93.68
UFSM	337	93.79
UNIR	332	93.90
PREVIC	329	94.02
IF BAIANO	324	94.12
CP II	306	94.23
IFPE	306	94.33
IFAP	298	94.43
FINEP	295	94.53
IFPA	291	94.63
UFRRJ	291	94.73
UFBA	286	94.83
UFV	283	94.92
UFCG	282	95.02
UFT	279	95.11
FUNRei	277	95.21
IFRJ	276	95.30
IFSE	276	95.39
UFAC	273	95.49
CPRM	272	95.58
UFABC	268	95.67
ENAP	266	95.76
IFMA	265	95.85
EMBRATUR	263	95.94

Órgão	Quantidade de demandas	Distribuição acumulada crescente (%)
UNIPAMPA	261	96.03
IFAM	256	96.11
UFOPA	256	96.20
SUDENE	255	96.29
DNOCS	254	96.37
IF GOIANO	254	96.46
UFMS	252	96.54
IFSC	249	96.63
UFLA	248	96.71
TRENSURB	247	96.80
IFRS	244	96.88
IFNMG	243	96.96
UFFS	242	97.04
UFRPE	242	97.13
UTFPR	241	97.21
UFERSA-RN	240	97.29
CDRJ	232	97.37
FUNDACEN TRO	229	97.45
UFU	229	97.52
IFAL	227	97.60
CODEVASF	226	97.68
UFTM	225	97.75
IFTO	209	97.82
SAE/PR	208	97.89
FURG	204	97.96
CEFET-MG	203	98.03
VPR	201	98.10
UNIFAL-MG	198	98.17
UFPeI	196	98.23
UNIFEI	194	98.30
IFMGSE	193	98.36
UNILA	193	98.43
IFSPE	189	98.49
IFC	187	98.56
EPL	184	98.62
CNEN	183	98.68
IFMS	180	98.74
UFVJM	168	98.80
IFFAR	166	98.86
IFTM	166	98.91
UFCSPA	166	98.97
IFES	158	99.02
UNIFAP	158	99.08
UFRB	152	99.13
IFSULDEMI	150	99.18

Órgão	Quantidade de demandas	Distribuição acumulada crescente (%)
NAS		
IFRR	148	99.23
UNILAB	143	99.28
SUFRAMA	141	99.32
IBRAM	139	99.37
INFRAERO	139	99.42
SUDECO	135	99.46
IFPI	130	99.51
UFRR	119	99.55
UFPI	116	99.59
IFRO	105	99.62
IFAC	104	99.66
SUDAM	100	99.69
UFPA	95	99.72
HCPA	91	99.76
UFRA	90	99.79
UFESBA	85	99.81
INB	72	99.84
JBRJ	69	99.86
FUNDAJ	68	99.89
HNSC	65	99.91
FCRB	63	99.93
FUNAG	60	99.95
UFOB	58	99.97
UNIFESSPA	44	99.98
IF FLUMINENS E	33	99.99
UFCA	8	100.00
PR	7	100.00
Total	295108	

Fonte: Elaboração própria

Tabela 18 – Detalhamento da nomenclatura de órgãos na base da LAI e do orçamento

TIPO DE ASSOCIAÇÃO REALIZADA ²¹	SIGLA NA BASE DA LAI	NOMES DO ÓRGÃO NA BASE DE ORÇAMENTO		NOME DO ÓRGÃO NA BASE DA LAI
		ÓRGÃO SUPERIOR	ÓRGÃO	ORGAO DESTINATARIO LAI
NR	-	MINISTERIO DA PESCA E AQUICULTURA	MINISTERIO DA PESCA E AQUICULTURA	Não disponível
PLJF	-	CAMARA DOS DEPUTADOS	CAMARA DOS DEPUTADOS	Não disponível
PLJF	-	CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA	CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA	Não disponível
PLJF	-	CONSELHO NACIONAL DO MINISTERIO PUBLICO	CONSELHO NACIONAL DO MINISTERIO PUBLICO	Não disponível
NR	-	MINISTERIO DA EDUCACAO	CENTRO FED.EDUCACAO TECNOLOGICA S.VICENTE SUL	Não disponível
NR	-	MINISTERIO DA FAZENDA	FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL	Não disponível
NR	-	MINISTERIO DA FAZENDA	FUNDO CONTIGENTE DA EXTINTA RFFSA-FCMP.	Não disponível
NR	-	MINISTERIO DA FAZENDA	FUNDO DE COMPENSACAO E VARIACOES SALARIAIS	Não disponível
NR	-	MINISTERIO DA FAZENDA	FUNDO DE ESTABILIDADE DO SEGURO RURAL	Não disponível
NR	-	MINISTERIO DA FAZENDA	FUNDO DE GARANTIA A EXPORTACAO	Não disponível
NR	-	MINISTERIO DA FAZENDA	FUNDO SOBERANO DO BRASIL	Não disponível
NR	-	MINISTERIO DA FAZENDA	RESERVA DE CONTINGENCIA	Não disponível
NR	-	SENADO FEDERAL	FUNDO ESPECIAL DO SENADO FEDERAL	Não disponível
NR	-	MINISTERIO DA SAUDE	HOSPITAL CRISTO REDENTOR S/A	Não disponível
NR	-	MINISTERIO DA SAUDE	HOSPITAL FEMINA S/A	Não disponível
NR	-	FUNDO SOBERANO DO BRASIL	FUNDO SOBERANO DO BRASIL	Não disponível

²¹ Legenda: NR – não relacionado; PLJF – Poderes Legislativo e Judiciário federal; CD – Correspondência Direta; CI – Correspondência Indireta.

TIPO DE ASSOCIAÇÃO REALIZADA ²¹	SIGLA NA BASE DA LAI	NOMES DO ÓRGÃO NA BASE DE ORÇAMENTO		NOME DO ÓRGÃO NA BASE DA LAI
		ORGÃO SUPERIOR	ORGÃO	ORGAO DESTINATARIO LAI
PLJF	-	JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITORIOS	JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITORIOS	Não disponível
PLJF	-	JUSTICA DO TRABALHO	JUSTICA DO TRABALHO	Não disponível
PLJF	-	JUSTICA ELEITORAL	JUSTICA ELEITORAL	Não disponível
PLJF	-	JUSTICA FEDERAL	JUSTICA FEDERAL	Não disponível
PLJF	-	JUSTICA MILITAR	JUSTICA MILITAR	Não disponível
PLJF	-	JUSTICA MILITAR DA UNIAO	JUSTICA MILITAR DA UNIAO	Não disponível
PLJF	-	MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO	MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO	Não disponível
NR	-	RESERVA DE CONTINGENCIA	RESERVA DE CONTINGENCIA	Não disponível
PLJF	-	SENADO FEDERAL	SENADO FEDERAL	Não disponível
PLJF	-	SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA	SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA	Não disponível
PLJF	-	SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	Não disponível
PLJF	-	TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIAO	TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIAO	Não disponível
CD	AEB	MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO	AGENCIA ESPACIAL BRASILEIRA	Agência Espacial Brasileira
CD	AGU	ADVOCACIA-GERAL DA UNIAO	ADVOCACIA-GERAL DA UNIAO	Advocacia-Geral da União
CD	AMAZUL	COMANDO DA MARINHA	AMAZONIA AZUL TECNOLOGIAS DE DEFESA S.A.	Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A.
CD	AMAZUL	MINISTERIO DA DEFESA	AMAZONIA AZUL TECNOLOGIAS DE DEFESA S.A.	Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A.
CD	ANA	MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE	AGENCIA NACIONAL DE AGUAS	Agência Nacional de Águas
CD	ANAC	PRESIDENCIA DA REPUBLICA	AGENCIA NACIONAL DE AVIACAO CIVIL	Agência Nacional de Aviação Civil
CD	ANATEL	MINISTERIO DAS COMUNICACOES	AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES	Agência Nacional de Telecomunicações
NR	ANATEL	AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES	FUNDO DE UNIVERS.DOS SERV. DE TELECOMUNICOES	Agência Nacional de Telecomunicações
NR	ANATEL	MINISTERIO DAS COMUNICACOES	FUNDO DE UNIVERS.DOS SERV. DE TELECOMUNICOES	Agência Nacional de Telecomunicações
CD	ANCINE	MINISTERIO DA CULTURA	AGENCIA NACIONAL DO CINEMA	Agência Nacional do Cinema
CD	ANEEL	MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA	AGENCIA NACIONAL DE ENERGIA	Agência Nacional de Energia Elétrica

TIPO DE ASSOCIAÇÃO REALIZADA ²¹	SIGLA NA BASE DA LAI	NOMES DO ORGÃO NA BASE DE ORÇAMENTO		NOME DO ÓRGÃO NA BASE DA LAI
		ORGÃO SUPERIOR	ORGÃO	ORGAO DESTINATARIO LAI
			ELETRICA	
CD	ANP	MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA	AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO	Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis
CD	ANS	MINISTERIO DA SAUDE	AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR	Agência Nacional de Saúde Suplementar
CD	ANTAQ	PRESIDENCIA DA REPUBLICA	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS	Agência Nacional de Transportes Aquaviários
CD	ANTAQ	MINISTERIO DOS TRANSPORTES	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS	Agência Nacional de Transportes Aquaviários
CD	ANTT	MINISTERIO DOS TRANSPORTES	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES	Agência Nacional de Transportes Terrestres
CD	ANVISA	MINISTERIO DA SAUDE	AGENCIA NACIONAL DE VIGILANCIA SANITARIA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
CD	BACEN	MINISTERIO DA FAZENDA	BANCO CENTRAL DO BRASIL- ORC.FISCAL/SEG.SOCIAL	Banco Central do Brasil
CD	CADE	MINISTERIO DA JUSTICA	CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONOMICA	Conselho Administrativo de Defesa Econômica
CD	CAPES	MINISTERIO DA EDUCACAO	FUND.COORD.DE APERF.DE PESSOAL NIVEL SUPERIOR	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CD	CBTU	MINISTERIO DAS CIDADES	COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS	Companhia Brasileira de Trens Urbanos
NR	CD	CAMARA DOS DEPUTADOS	FUNDO ROTATIVO DA CAMARA DOS DEPUTADOS	Não disponível
CD	CEFET-MG	MINISTERIO DA EDUCACAO	CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOLOGICA DE MG	Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
CD	CEFET-RJ	MINISTERIO DA EDUCACAO	CENTRO FED.EDUC.TECN.CELSO SUCKOW DA FONSECA	Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca
CD	CEITEC/S. A.	MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO	CENTRO NAC DE TECN ELETRONICA AVANÇADA S/A	Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A.
CI	CEX	COMANDO DO EXERCITO	FUNDAÇÃO OSORIO	Comando do Exército
NR	CEX	COMANDO DO EXERCITO	FUNDO DO EXERCITO	Comando do Exército
CD	CEX	MINISTERIO DA DEFESA	COMANDO DO EXERCITO	Comando do Exército
CI	CEX	MINISTERIO DA DEFESA	FUNDAÇÃO OSORIO	Comando do Exército

		NOMES DO ÓRGÃO NA BASE DE ORÇAMENTO		NOME DO ÓRGÃO NA BASE DA LAI
TIPO DE ASSOCIAÇÃO REALIZADA ²¹	SIGLA NA BASE DA LAI	ORGÃO SUPERIOR	ORGÃO	ORGAO DESTINATARIO LAI
NR	CEX	MINISTERIO DA DEFESA	FUNDO DO EXERCITO	Comando do Exército
CD	CGU	PRESIDENCIA DA REPUBLICA	CONTROLADORIA-GERAL DA UNIAO	Controladoria-Geral da União
CD	CGU	CONTROLADORIA-GERAL DA UNIAO	CONTROLADORIA-GERAL DA UNIAO	Controladoria-Geral da União
CI	CMAR	COMANDO DA MARINHA	CAIXA DE CONSTRUÇOES DE CASAS P/PESSOAL DA MB	Comando da Marinha
CD	CMAR	COMANDO DA MARINHA	COM.MARINHA	Comando da Marinha
CD	CMAR	MINISTERIO DA DEFESA	COM.MARINHA	Comando da Marinha
CD	CMAR	MINISTERIO DA DEFESA	COMANDO DA MARINHA	Comando da Marinha
CD	CMAR	COMANDO DA MARINHA	COMANDO DA MARINHA	Comando da Marinha
CI	CMAR	MINISTERIO DA DEFESA	CAIXA DE CONSTRUÇOES DE CASAS P/PESSOAL DA MB	Comando da Marinha
CD	CNEN	MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO	COMISSAO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR	Comissão Nacional de Energia Nuclear
CD	CNPQ	MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO	CONSELHO NACIONAL DE DES.CIENT.E TECNOLÓGICO	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CD	CODEVAS F	MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL	COMPANHIA DE DESENV. DO VALE DO SAO FRANCISCO	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
CD	CODEVAS F	MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL	CIA.DE DES.DOS VALES DO S.FRANC.E DO PARNAIBA	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
CI	COMAER	COMANDO DA AERONAUTICA	CAIXA DE FINANC. IMOBILIARIO DA AERONAUTICA	Comando da Aeronáutica
NR	COMAER	COMANDO DA AERONAUTICA	FUNDO AERONAUTICO	Comando da Aeronáutica
CD	COMAER	MINISTERIO DA DEFESA	COMANDO DA AERONAUTICA	Comando da Aeronáutica
CI	COMAER	MINISTERIO DA DEFESA	CAIXA DE FINANC. IMOBILIARIO DA AERONAUTICA	Comando da Aeronáutica
NR	COMAER	MINISTERIO DA DEFESA	FUNDO AERONAUTICO	Comando da Aeronáutica
CD	CONAB	MINIST. DA AGRICUL.,PECUARIA E ABASTECIMENTO	COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO	Companhia Nacional de Abastecimento
CD	CP II	MINISTERIO DA EDUCACAO	COLEGIO PEDRO II	Colégio Pedro II
CD	CPRM	MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA	COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
CD	CVM	MINISTERIO DA FAZENDA	COMISSAO DE VALORES	Comissão de Valores Mobiliários

		NOMES DO ÓRGÃO NA BASE DE ORÇAMENTO		NOME DO ÓRGÃO NA BASE DA LAI
TIPO DE ASSOCIAÇÃO REALIZADA ²¹	SIGLA NA BASE DA LAI	ORGÃO SUPERIOR	ORGÃO	ORGAO DESTINATARIO LAI
			MOBILIARIOS	
NR	DEPEN	MINISTERIO DA JUSTICA	FUNDO PENITENCIARIO NACIONAL	Departamento Penitenciário Nacional
CD	DNIT/MT	MINISTERIO DOS TRANSPORTES	DEPTO. NAC. DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
CD	DNOCS	MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL	DEPARTAMENTO NAC.DE OBRAS CONTRA AS SECAS	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
CD	DNPM	MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA	DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUCAO MINERAL	Departamento Nacional de Produção Mineral
CD	DPF	MINISTERIO DA JUSTICA	DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL	Departamento de Polícia Federal
NR	DPF	MINISTERIO DA JUSTICA	FUNDO P/APARE OPERAC.ATIV.FIM.POL.FEDERAL	Departamento de Polícia Federal
CD	DPRF	MINISTERIO DA JUSTICA	DEPARTAMENTO DE POLICIA RODOVIARIA FEDERAL/MJ	Departamento de Polícia Rodoviária Federal
CD	DPU	DEFENSORIA PUBLICA DA UNIAO	DEFENSORIA PUBLICA DA UNIAO	Defensoria Pública da União
CD	EBC	PRESIDENCIA DA REPUBLICA	EMPRESA BRASIL DE COMUNICAC√É-ÉO S.A.-EBC	Empresa Brasil de Comunicação S.A.
CD	EBC	PRESIDENCIA DA REPUBLICA	EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A.-EBC	Empresa Brasil de Comunicação S.A.
CD	EBSERH	MINISTERIO DA EDUCACAO	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVICOS HOSPITALARES	Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
CD	EMBRAPA	MINIST. DA AGRICUL.,PECUARIA E ABASTECIMENTO	EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
CD	EMBRATUR	MINISTERIO DO TURISMO	INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO	Instituto Brasileiro de Turismo
CD	ENAP	MINISTERIO DO PLANEJAMENTO,ORCAMENTO E GESTAO	FUNDACAO ESCOLA NACIONAL DE ADM. PUBLICA	Fundação Escola Nacional de Administração Pública
CD	EPE	MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA	EMPRESA DE PESQUISA ENERGETICA	Empresa de Pesquisa Energética
CD	EPL	MINISTERIO DOS TRANSPORTES	EMPRESA DE PLANEJAMENTO E LOGISTICA S.A-EPL	Empresa de Planejamento e Logística S.A.
CD	FBN	MINISTERIO DA CULTURA	FUNDACAO BIBLIOTECA NACIONAL	Fundação Biblioteca Nacional
CD	FCP	MINISTERIO DA CULTURA	FUNDACAO CULTURAL PALMARES	Fundação Cultural Palmares

TIPO DE ASSOCIAÇÃO REALIZADA ²¹	SIGLA NA BASE DA LAI	NOMES DO ÓRGÃO NA BASE DE ORÇAMENTO		NOME DO ÓRGÃO NA BASE DA LAI
		ORGÃO SUPERIOR	ORGÃO	ORGAO DESTINATARIO LAI
CD	FCRB	MINISTERIO DA CULTURA	FUNDACAO CASA DE RUI BARBOSA	Fundação Casa de Rui Barbosa
CD	FIOCRUZ	MINISTERIO DA SAUDE	FUNDACAO OSWALDO CRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
NR	FNDE	MINISTERIO DA EDUCACAO	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
CD	FUNAG	MINISTERIO DAS RELACOES EXTERIORES	FUNDACAO ALEXANDRE DE GUSMAO	Fundação Alexandre de Gusmão
CD	FUNAI	MINISTERIO DA JUSTICA	FUNDACAO NACIONAL DO INDIO	Fundação Nacional do Indio
CD	FUNARTE	MINISTERIO DA CULTURA	FUNDACAO NACIONAL DE ARTES	Fundação Nacional de Artes
CD	FUNASA	MINISTERIO DA SAUDE	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE	Fundação Nacional de Saúde
CD	FUNDACE NTRO	MINISTERIO DO TRABALHO E PREVIDENCIA SOCIAL	FUND.JORGE D.FIGUEIREDO DE SEG.E MED DO TRAB.	Fundação Jorge Duprat Figueiredo, de Segurança e Medicina do Trabalho
CD	FUNDACE NTRO	MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO	FUND.JORGE D.FIGUEIREDO DE SEG.E MED DO TRAB.	Fundação Jorge Duprat Figueiredo, de Segurança e Medicina do Trabalho
CD	FUNDAJ	MINISTERIO DA EDUCACAO	FUNDACAO JOAQUIM NABUCO	Fundação Joaquim Nabuco
CD	FUNRei	MINISTERIO DA EDUCACAO	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE S.J.DEL-REI	Fundação Universidade Federal de São João Del Rei
CD	FURG	MINISTERIO DA EDUCACAO	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE	Fundação Universidade Federal do Rio Grande
CD	HCPA	MINISTERIO DA EDUCACAO	HOSPITAL DE CLINICAS DE PORTO ALEGRE	Hospital de Clínicas de Porto Alegre
CD	HNSC	MINISTERIO DA SAUDE	HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEICAO S/A	Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A.
CD	IBAMA	MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE	INST.BRAS.DO MEIO AMB.E DOS REC.NAT.RENOVAV.	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
CD	IBGE	MINISTERIO DO PLANEJAMENTO,ORCAMENTO E GESTAO	FUND.INST.BRASILEIRO DE GEOG.E ESTATISTICA	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
CD	IBRAM	MINISTERIO DA CULTURA	INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS	Instituto Brasileiro de Museus
CD	ICMBio	MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE	INST.CHICO MENDES DE CONSER.DA BIODIVERSIDADE	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
CD	IF BAIANO	MINISTERIO DA EDUCACAO	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.BAIANO	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano

TIPO DE ASSOCIAÇÃO REALIZADA ²¹	SIGLA NA BASE DA LAI	NOMES DO ORGÃO NA BASE DE ORÇAMENTO		NOME DO ÓRGÃO NA BASE DA LAI
		ORGÃO SUPERIOR	ORGÃO	ORGAO DESTINATARIO LAI
CD	IF FLUMINE NSE	MINISTERIO DA EDUCACAO	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.FLUMINENSE	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense
CD	IF GOIANO	MINISTERIO DA EDUCACAO	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.GOIANO	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano
CD	IFAC	MINISTERIO DA EDUCACAO	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO ACRE	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre
CD	IFAL	MINISTERIO DA EDUCACAO	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE ALAGOAS	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas
CD	IFAM	MINISTERIO DA EDUCACAO	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO AMAZONAS	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
CD	IFAP	MINISTERIO DA EDUCACAO	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO AMAPA	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá
CD	IFB	MINISTERIO DA EDUCACAO	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE BRASILIA	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília
CD	IFBA	MINISTERIO DA EDUCACAO	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DA BAHIA	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia
CD	IFC	MINISTERIO DA EDUCACAO	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.CATARINENSE	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
CD	IFCE	MINISTERIO DA EDUCACAO	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO CEARA	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
CD	IFES	MINISTERIO DA EDUCACAO	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO ESP.SANTO	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
CD	IFFAR	MINISTERIO DA EDUCACAO	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.FARROUPILHA	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha
CD	IFGO	MINISTERIO DA EDUCACAO	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE GOIAS	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
CD	IFMA	MINISTERIO DA EDUCACAO	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO MARANHAO	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão
CD	IFMG	MINISTERIO DA EDUCACAO	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE MINAS GERAIS	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais
CD	IFMGSE	MINISTERIO DA EDUCACAO	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO SUDESTE MG	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais

TIPO DE ASSOCIAÇÃO REALIZADA ²¹	SIGLA NA BASE DA LAI	NOMES DO ÓRGÃO NA BASE DE ORÇAMENTO		NOME DO ÓRGÃO NA BASE DA LAI
		ORGÃO SUPERIOR	ORGÃO	ORGAO DESTINATARIO LAI
CD	IFMS	MINISTERIO DA EDUCACAO	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO MAT.G.DO SUL	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul
CD	IFMT	MINISTERIO DA EDUCACAO	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO MATO GROSSO	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso
CD	IFNMG	MINISTERIO DA EDUCACAO	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO NORTE DE MG	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais
CD	IFPA	MINISTERIO DA EDUCACAO	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO PARA	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
CD	IFPB	MINISTERIO DA EDUCACAO	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DA PARAIBA	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
CD	IFPE	MINISTERIO DA EDUCACAO	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE PERNAMBUCO	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco
CD	IFPI	MINISTERIO DA EDUCACAO	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO PIAUI	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí
CD	IFPR	MINISTERIO DA EDUCACAO	INSTITUTO FEDERAL DO PARANA	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
CD	IFRJ	MINISTERIO DA EDUCACAO	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R.DE JANEIRO	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro
CD	IFRN	MINISTERIO DA EDUCACAO	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RN	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
CD	IFRO	MINISTERIO DA EDUCACAO	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE RONDONIA	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia
CD	IFRR	MINISTERIO DA EDUCACAO	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE RORAIMA	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima
CD	IFRS	MINISTERIO DA EDUCACAO	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RS	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
CD	IFSC	MINISTERIO DA EDUCACAO	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE STA.CATARINA	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina
CD	IFSE	MINISTERIO DA EDUCACAO	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE SERGIPE	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe
CD	IFSP	MINISTERIO DA EDUCACAO	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE SAO PAULO	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
CD	IFSPE	MINISTERIO DA EDUCACAO	INST.FED.DE ED.,CIENC.E TEC.DO S.PERNAMBUCANO	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano

TIPO DE ASSOCIAÇÃO REALIZADA ²¹	SIGLA NA BASE DA LAI	NOMES DO ORGÃO NA BASE DE ORÇAMENTO		NOME DO ÓRGÃO NA BASE DA LAI
		ORGÃO SUPERIOR	ORGÃO	ORGAO DESTINATARIO LAI
CD	IFSul	MINISTERIO DA EDUCACAO	INST.FED.DE EDUC.,CIE.E TEC.SUL-RIO-GRANDENSE	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense
CD	IFSULDEM INAS	MINISTERIO DA EDUCACAO	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO SUL DE MG	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais
CD	IFTM	MINISTERIO DA EDUCACAO	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO TRIA.MINEIRO	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro
CD	IFTO	MINISTERIO DA EDUCACAO	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO TOCANTINS	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
CD	IMBEL	COMANDO DO EXERCITO	INDUSTRIA DE MATERIAL BELICO DO BRASIL	Indústria de Material Bélico do Brasil
CD	IMBEL	MINISTERIO DA DEFESA	INDUSTRIA DE MATERIAL BELICO DO BRASIL	Indústria de Material Bélico do Brasil
NR	IN	PRESIDENCIA DA REPUBLICA	FUNDO DE IMPRENSA NACIONAL	Imprensa Nacional
CD	INB	MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO	INDUSTRIAS NUCLEARES DO BRASIL S/A	Indústrias Nucleares do Brasil S.A.
CD	INCRA	MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO	INSTIT. NAC. DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
CD	INEP	MINISTERIO DA EDUCACAO	INST.NACIONAL DE EST.E PESQUISAS EDUCACIONAIS	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
CD	INMETRO	MINISTERIO DO DESENV,IND. E COMERCIO EXTERIOR	INSTIT.NAC. DE METROLOG. QUALID. E TECNOLOGIA	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
CD	INPI	MINISTERIO DO DESENV,IND. E COMERCIO EXTERIOR	INSTITUTO NAC. DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL	Instituto Nacional da Propriedade Industrial
NR	INSS	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL	FUNDO DO REGIME GERAL DA PREVIDENCIA SOCIAL	Instituto Nacional do Seguro Social
NR	INSS	MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL	FUNDO DO REGIME GERAL DA PREVIDENCIA SOCIAL	Instituto Nacional do Seguro Social
CD	INSS	MINISTERIO DO TRABALHO E PREVIDENCIA SOCIAL	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL	Instituto Nacional do Seguro Social
CD	INSS	MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL	Instituto Nacional do Seguro Social
CD	IPEA	MINISTERIO DO PLANEJAMENTO,ORCAMENTO E	INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA	Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

TIPO DE ASSOCIAÇÃO REALIZADA ²¹	SIGLA NA BASE DA LAI	NOMES DO ÓRGÃO NA BASE DE ORÇAMENTO		NOME DO ÓRGÃO NA BASE DA LAI
		ORGÃO SUPERIOR	ORGÃO	ORGAO DESTINATARIO LAI
		GESTAO		
CD	IPEA	PRESIDENCIA DA REPUBLICA	INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA	Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
CD	IPHAN	MINISTERIO DA CULTURA	INSTITUTO DO PATRIMONIO HIST. E ART. NACIONAL	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
CD	ITI	PRESIDENCIA DA REPUBLICA	INSTITUTO NAC.DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO-ITI	Instituto Nacional de Tecnologia da Informação
CD	JBRJ	MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE	INSTITUTO DE PESQUISAS JARDIM BOTANICO DO RJ	Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro
CD	MAPA	MINIST. DA AGRICUL.,PECUARIA E ABASTECIMENTO	MINIST. DA AGRICUL.,PECUARIA E ABASTECIMENTO	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
CD	MAPA	MINIST. DA AGRICUL.,PECUARIA E ABASTECIMENTO	MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
NR	MAPA	MINIST. DA AGRICUL.,PECUARIA E ABASTECIMENTO	FUNDO DE DEFESA DA ECONOMIA CAFEEIRA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
CD	MC	MINISTERIO DAS COMUNICACOES	MINISTERIO DAS COMUNICACOES	Ministério das Comunicações
NR	MC	MINISTERIO DAS COMUNICACOES	FUNDO P/ O DESENVOLV.TEC.DAS TELECOMUNICACOES	Ministério das Comunicações
CD	MCIDADE S	MINISTERIO DAS CIDADES	MINISTERIO DAS CIDADES	Ministério das Cidades
NR	MCIDADE S	MINISTERIO DAS CIDADES	FUNDO NAC. DE SEGUR. E EDUCACAO DO TRANSITO	Ministério das Cidades
NR	MCIDADE S	MINISTERIO DAS CIDADES	FUNDO NACIONAL DE HAB. INTERESSE SOCIAL	Ministério das Cidades
CD	MCT	MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO	MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO	Ministério da Ciência e Tecnologia
NR	MCT	MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO	FUNDO NAC.DE DESENV. CIENTIFICO E TECNOLOGICO	Ministério da Ciência e Tecnologia
CD	MD	MINISTERIO DA DEFESA	MINISTERIO DA DEFESA	Ministério da Defesa
CD	MDA	MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO	MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO	Ministério do Desenvolvimento Agrário
NR	MDA	MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO	FUNDO TERRAS E DA REF.AGRARIA-BANCO DA TERRA	Ministério do Desenvolvimento Agrário

TIPO DE ASSOCIAÇÃO REALIZADA ²¹	SIGLA NA BASE DA LAI	NOMES DO ORGÃO NA BASE DE ORÇAMENTO		NOME DO ÓRGÃO NA BASE DA LAI
		ORGÃO SUPERIOR	ORGÃO	ORGAO DESTINATARIO LAI
CD	MDIC	MINISTERIO DO DESENV,IND. E COMERCIO EXTERIOR	MINISTERIO DO DESENV,IND. E COMERCIO EXTERIOR	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
CD	MDIC	MINISTERIO DO DESENV,IND. E COMERCIO EXTERIOR	MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO, INDUSTRIA E COMERCIO EXTERIOR	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
NR	MDIC	MINISTERIO DO DESENV,IND. E COMERCIO EXTERIOR	FUNDO DE GARANTIA P/ PROM. DA COMPETITIVIDADE	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
NR	MDIC	MINISTERIO DO DESENV,IND. E COMERCIO EXTERIOR	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
NR	MDIC	MINISTERIO DO DESENV,IND. E COMERCIO EXTERIOR	FUNDO NACIONAL DE DESESTATIZACAO	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
CD	MDS	MINISTERIO DO DESENV. SOCIAL E COMBATE A FOME	MINISTERIO DO DESENV. SOCIAL E COMBATE A FOME	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
CD	MDS	MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME	MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
NR	MDS	MINISTERIO DO DESENV. SOCIAL E COMBATE A FOME	FUNDO NACIONAL DA ASSISTENCIA SOCIAL	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
NR	MDS	MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME	FUNDO NACIONAL DA ASSISTENCIA SOCIAL	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
CD	ME	MINISTERIO DO ESPORTE	MINISTERIO DO ESPORTE	Ministério do Esporte
CD	MEC	MINISTERIO DA EDUCACAO	MINISTERIO DA EDUCACAO	Ministério da Educação
CD	MF	MINISTERIO DA FAZENDA	MINISTERIO DA FAZENDA	Ministério da Fazenda
CD	MI	MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL	MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL	Ministério da Integração Nacional
CD	MinC	MINISTERIO DA CULTURA	MINISTERIO DA CULTURA	Ministério da Cultura
NR	MINC	MINISTERIO DA CULTURA	FUNDO NACIONAL DE CULTURA	Ministério da Cultura
CD	MJ	MINISTERIO DA JUSTICA	MINISTERIO DA JUSTICA	Ministério da Justiça
NR	MJ	MINISTERIO DA JUSTICA	FUNDO NACIONAL ANTIDROGAS	Ministério da Justiça
NR	MJ	MINISTERIO DA JUSTICA	FUNDO NACIONAL DE SEGURANCA PUBLICA	Ministério da Justiça
NR	MJ	MINISTERIO DA JUSTICA	SECRETARIA NACIONAL DO CONSUMIDOR FUNDO	Ministério da Justiça
CD	MMA	MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE	MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE	Ministério do Meio Ambiente

		NOMES DO ÓRGÃO NA BASE DE ORÇAMENTO		NOME DO ÓRGÃO NA BASE DA LAI
TIPO DE ASSOCIAÇÃO REALIZADA ²¹	SIGLA NA BASE DA LAI	ORGÃO SUPERIOR	ORGÃO	ORGAO DESTINATARIO LAI
NR	MMA	MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE	FUNDO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE	Ministério do Meio Ambiente
NR	MMA	MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE	FUNDO NACIONAL SOBRE MUDANCAS DO CLIMA	Ministério do Meio Ambiente
CD	MME	MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA	MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA	Ministério de Minas e Energia
CD	MP	MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, ORCAMENTO E GESTAO	MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, ORCAMENTO E GESTAO	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
CD	MPS	MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL	MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL	Ministério da Previdência Social
CD	MRE	MINISTERIO DAS RELACOES EXTERIORES	MINISTERIO DAS RELACOES EXTERIORES	Ministério das Relações Exteriores
CD	MS	MINISTERIO DA SAUDE	MINISTERIO DA SAUDE	Ministério da Saúde
CD	MT	MINISTERIO DOS TRANSPORTES	MINISTERIO DOS TRANSPORTES	Ministério dos Transportes
NR	MT	MINISTERIO DOS TRANSPORTES	DEPARTAMENTO DO FUNDO DA MARINHA MERCANTE	Ministério dos Transportes
CD	MTE	MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO	MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO	Ministério do Trabalho e Emprego
NR	MTE	MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO	FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR	Ministério do Trabalho e Emprego
NR	MTE	MINISTERIO DO TRABALHO E PREVIDENCIA SOCIAL	FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR	Ministério do Trabalho e Emprego
NR	MTPS	MINISTERIO DO TRABALHO E PREVIDENCIA SOCIAL	MINISTERIO DO TRABALHO E PREVIDENCIA SOCIAL	Não disponível
CD	MTUr	MINISTERIO DO TURISMO	MINISTERIO DO TURISMO	Ministério do Turismo
NR	MTUr	MINISTERIO DO TURISMO	FUNDO GERAL DE TURISMO-FUNGETUR/METUR	Ministério do Turismo
CD	NUCLEP	MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO	NUCLEBRAS EQUIPAMENTOS PESADOS S/A	Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A.
NR	PR	PRESIDENCIA DA REPUBLICA	PRESIDENCIA DA REPUBLICA	Palácio do Planalto
CD	PREVIC	MINISTERIO DO TRABALHO E PREVIDENCIA SOCIAL	SUPERINT.NACIONAL DE PREVIDENCIA COMPLEMENTAR	Superintendência Nacional de Previdência Complementar
CD	PREVIC	MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL	SUPERINT.NACIONAL DE	Superintendência Nacional de Previdência

TIPO DE ASSOCIAÇÃO REALIZADA ²¹	SIGLA NA BASE DA LAI	NOMES DO ÓRGÃO NA BASE DE ORÇAMENTO		NOME DO ÓRGÃO NA BASE DA LAI
		ORGÃO SUPERIOR	ORGÃO	ORGAO DESTINATARIO LAI
			PREVIDENCIA COMPLEMENTAR	Complementar
NR	SAC	PRESIDENCIA DA REPUBLICA	FUNDO NACIONAL DE AVIACAO CIVIL	Secretaria de Aviação Civil
CD	SAC	PRESIDENCIA DA REPUBLICA	SECRETARIA DE AVIACAO CIVIL	Secretaria de Aviação Civil
CD	SAC	SECRETARIA DE AVIACAO CIVIL	SECRETARIA DE AVIACAO CIVIL	Secretaria de Aviação Civil
CD	SAE/PR	PRESIDENCIA DA REPUBLICA	SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATEGICOS	Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República
CD	SAE/PR	SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATEGICOS	SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATEGICOS	Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República
NR	SDH	M.DAS MULH.,DA IG.RACIAL DA JUVENT.E DIR.HUM.	FUNDO NACIONAL PARA A CRIANCA E O ADOLESCENTE	Secretaria de Direitos Humanos
NR	SDH	PRESIDENCIA DA REPUBLICA	FUNDO NACIONAL PARA A CRIANCA E O ADOLESCENTE	Secretaria de Direitos Humanos
CD	SDH	PRESIDENCIA DA REPUBLICA	SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS	Secretaria de Direitos Humanos
CD	SDH	SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS	SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS	Secretaria de Direitos Humanos
CD	SEP	PRESIDENCIA DA REPUBLICA	SECRETARIA DE PORTOS	Secretaria de Portos
CD	SEP	SECRETARIA DE PORTOS	SECRETARIA DE PORTOS	Secretaria de Portos
CD	SEPPIR	PRESIDENCIA DA REPUBLICA	SEC.DE POLITICAS DE PROMOCAO DA IGUALD.RACIAL	Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
CD	SEPPIR	SECRETARIA DE POLITICAS DE PROMOCAO DA IGUALDADE RACIAL	SECRETARIA DE POLITICAS DE PROMOCAO DA IGUALDADE RACIAL	Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
CD	SFB	MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE	SERVICO FLORESTAL BRASILEIRO	Serviço Florestal Brasileiro
CD	SMPE	PRESIDENCIA DA REPUBLICA	SECRETARIA DA MICRO E PEQUENA EMPRESA	Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República
CD	SMPE	SECRETARIA DA MICRO E PEQUENA EMPRESA	SECRETARIA DA MICRO E PEQUENA EMPRESA	Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República
NR	SPM	M.DAS MULH.,DA IG.RACIAL DA JUVENT.E DIR.HUM.	FUNDO NACIONAL DO IDOSO	Secretaria de Políticas para as Mulheres
CD	SPM	M.DAS MULH.,DA IG.RACIAL DA JUVENT.E DIR.HUM.	M.DAS MULH.,DA IG.RACIAL DA JUVENT.E DIR.HUM.	Secretaria de Políticas para as Mulheres
NR	SPM	PRESIDENCIA DA REPUBLICA	FUNDO NACIONAL DO IDOSO	Secretaria de Políticas para as Mulheres
CD	SPM	PRESIDENCIA DA REPUBLICA	SECRETARIA DE POLITICAS PARA AS	Secretaria de Políticas para as Mulheres

TIPO DE ASSOCIAÇÃO REALIZADA ²¹	SIGLA NA BASE DA LAI	NOMES DO ÓRGÃO NA BASE DE ORÇAMENTO		NOME DO ÓRGÃO NA BASE DA LAI
		ORGÃO SUPERIOR	ORGÃO	ORGAO DESTINATARIO LAI
			MULHERES	
CD	SPM	SECRETARIA DE POLITICAS PARA AS MULHERES	SECRETARIA DE POLITICAS PARA AS MULHERES	Secretaria de Políticas para as Mulheres
NR	SUDAM	SUPERINTEND. DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA	FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
NR	SUDAM	MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL	FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAM.DO NORTE	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
NR	SUDAM	MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL	FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
CD	SUDAM	MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL	SUPERINTEND. DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
NR	SUDECO	SUPERINT. DE DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE	FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE	Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste
NR	SUDECO	MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL	FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINAN.DO CENTRO OESTE	Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste
NR	SUDECO	MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL	FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE	Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste
NR	SUDECO	RECURSOS SOB SUPERVISAO DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE/FDCO	RECURSOS SOB SUPERVISAO DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE/FDCO	Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste
CD	SUDECO	MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL	SUPERINT. DE DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE	Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste
NR	SUDENE	SUPERINTENDENCIA DO DESENVOLV. DO NORDESTE	FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
NR	SUDENE	MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL	FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAM.DO NORDESTE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
NR	SUDENE	MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL	FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
CD	SUDENE	MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL	SUPERINTENDENCIA DO DESENVOLV. DO NORDESTE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
CD	SUFRAMA	MINISTERIO DO DESENV.IND. E COMERCIO EXTERIOR	SUPERINTENDENCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS	Superintendência da Zona Franca de Manaus
CD	SUSEP	MINISTERIO DA FAZENDA	SUPERINTENDENCIA DE SEGUROS	Superintendência de Seguros Privados

TIPO DE ASSOCIAÇÃO REALIZADA ²¹	SIGLA NA BASE DA LAI	NOMES DO ÓRGÃO NA BASE DE ORÇAMENTO		NOME DO ÓRGÃO NA BASE DA LAI
		ORGÃO SUPERIOR	ORGÃO	ORGAO DESTINATARIO LAI
			PRIVADOS	
CD	TRENSUR B	MINISTERIO DAS CIDADES	EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S/A	Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A.
CD	UFABC	MINISTERIO DA EDUCACAO	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC	Fundação Universidade Federal do ABC
CD	UFAC	MINISTERIO DA EDUCACAO	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE	Fundação Universidade Federal do Acre
CD	UFAL	MINISTERIO DA EDUCACAO	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS	Universidade Federal de Alagoas
CD	UFAM	MINISTERIO DA EDUCACAO	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS	Fundação Universidade do Amazonas
CD	UFBA	MINISTERIO DA EDUCACAO	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	Universidade Federal da Bahia
CD	UFC	MINISTERIO DA EDUCACAO	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA	Universidade Federal do Ceará
CD	UFCA	MINISTERIO DA EDUCACAO	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI	Universidade Federal do Cariri
CD	UFCG	MINISTERIO DA EDUCACAO	UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE	Universidade Federal de Campina Grande
CD	UFCSPA	MINISTERIO DA EDUCACAO	FUN.UNIV.FED.DE CIENCIAS DA SAUDE DE P.ALEGRE	Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre
CD	UFERSA-RN	MINISTERIO DA EDUCACAO	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ARIDO/RN	Universidade Federal Rural do Semi-árido
CD	UFES	MINISTERIO DA EDUCACAO	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO	Universidade Federal do Espírito Santo
CD	UFESBA	MINISTERIO DA EDUCACAO	UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA	Universidade Federal do Sul da Bahia
CD	UFF	MINISTERIO DA EDUCACAO	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	Universidade Federal Fluminense
CD	UFFS	MINISTERIO DA EDUCACAO	UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL	Universidade Federal da Fronteira Sul
CD	UFG	MINISTERIO DA EDUCACAO	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS	Universidade Federal de Goiás
CD	UFGD	MINISTERIO DA EDUCACAO	FUNDACAO UNIVERSIDADE FED. DA GRANDE DOURADOS	Fundação Universidade Federal da Grande Dourados
CD	UFJF	MINISTERIO DA EDUCACAO	UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA	Universidade Federal de Juiz de Fora

TIPO DE ASSOCIAÇÃO REALIZADA ²¹	SIGLA NA BASE DA LAI	NOMES DO ÓRGÃO NA BASE DE ORÇAMENTO		NOME DO ÓRGÃO NA BASE DA LAI
		ORGÃO SUPERIOR	ORGÃO	ORGAO DESTINATARIO LAI
CD	UFLA	MINISTERIO DA EDUCACAO	UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS	Universidade Federal de Lavras
CD	UFMA	MINISTERIO DA EDUCACAO	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO MARANHAO	Fundação Universidade Federal do Maranhão
CD	UFMG	MINISTERIO DA EDUCACAO	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	Universidade Federal de Minas Gerais
CD	UFMS	MINISTERIO DA EDUCACAO	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO G. SUL	Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
CD	UFMT	MINISTERIO DA EDUCACAO	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO	Fundação Universidade Federal de Mato Grosso
CD	UFOB	MINISTERIO DA EDUCACAO	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DA BAHIA	Universidade Federal do Oeste da Bahia
CD	UFOP	MINISTERIO DA EDUCACAO	UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO	Fundação Universidade Federal de Ouro Preto
CD	UFOPA	MINISTERIO DA EDUCACAO	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARA	Universidade Federal do Oeste do Pará
CD	UFPA	MINISTERIO DA EDUCACAO	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA	Universidade Federal do Pará
CD	UFPB	MINISTERIO DA EDUCACAO	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA	Universidade Federal da Paraíba
CD	UFPE	MINISTERIO DA EDUCACAO	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	Universidade Federal de Pernambuco
CD	UFPeI	MINISTERIO DA EDUCACAO	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS	Fundação Universidade Federal de Pelotas
CD	UFPI	MINISTERIO DA EDUCACAO	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUI	Fundação Universidade Federal do Piauí
CD	UFPR	MINISTERIO DA EDUCACAO	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	Universidade Federal do Paraná
CD	UFRA	MINISTERIO DA EDUCACAO	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZONIA	Universidade Federal Rural da Amazônia
CD	UFRB	MINISTERIO DA EDUCACAO	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECONCAVO DA BAHIA	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
CD	UFRGS	MINISTERIO DA EDUCACAO	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
CD	UFRJ	MINISTERIO DA EDUCACAO	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO RIO	Universidade Federal do Rio de Janeiro

TIPO DE ASSOCIAÇÃO REALIZADA ²¹	SIGLA NA BASE DA LAI	NOMES DO ÓRGÃO NA BASE DE ORÇAMENTO		NOME DO ÓRGÃO NA BASE DA LAI
		ORGÃO SUPERIOR	ORGÃO	ORGAO DESTINATARIO LAI
			DE JANEIRO	
CD	UFRJ	MINISTERIO DA EDUCACAO	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	Universidade Federal do Rio de Janeiro
CD	UFRN	MINISTERIO DA EDUCACAO	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
CD	UFRPE	MINISTERIO DA EDUCACAO	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO	Universidade Federal Rural de Pernambuco
CD	UFRR	MINISTERIO DA EDUCACAO	UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA	Fundação Universidade Federal de Roraima
CD	UFRRJ	MINISTERIO DA EDUCACAO	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
CD	UFS	MINISTERIO DA EDUCACAO	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE	Fundação Universidade Federal de Sergipe
CD	UFSC	MINISTERIO DA EDUCACAO	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	Universidade Federal de Santa Catarina
CD	UFSCar	MINISTERIO DA EDUCACAO	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO CARLOS	Fundação Universidade Federal de São Carlos
CD	UFSM	MINISTERIO DA EDUCACAO	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA	Universidade Federal de Santa Maria
CD	UFT	MINISTERIO DA EDUCACAO	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS	Fundação Universidade Federal do Tocantins
CD	UFTM	MINISTERIO DA EDUCACAO	UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIANGULO MINEIRO	Universidade Federal do Triângulo Mineiro
CD	UFU	MINISTERIO DA EDUCACAO	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLANDIA	Universidade Federal de Uberlândia
CD	UFV	MINISTERIO DA EDUCACAO	UNIVERSIDADE FEDERAL DE VICOSA	Fundação Universidade Federal de Viçosa
CD	UFVJM	MINISTERIO DA EDUCACAO	UNIVERSIDADE FED.VALES JEQUITINHONHA E MUCURI	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
CD	UNB	MINISTERIO DA EDUCACAO	FUNDACAO UNIVERSIDADE DE BRASILIA	Fundação Universidade de Brasília
CD	UNIFAL-MG	MINISTERIO DA EDUCACAO	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS	Universidade Federal de Alfenas
CD	UNIFAP	MINISTERIO DA EDUCACAO	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL	Fundação Universidade Federal do Amapá

TIPO DE ASSOCIAÇÃO REALIZADA ²¹	SIGLA NA BASE DA LAI	NOMES DO ÓRGÃO NA BASE DE ORÇAMENTO		NOME DO ÓRGÃO NA BASE DA LAI
		ORGÃO SUPERIOR	ORGÃO	ORGAO DESTINATARIO LAI
			DO AMAPA	
CD	UNIFEI	MINISTERIO DA EDUCACAO	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBA	Universidade Federal de Itajubá
CD	UNIFESP	MINISTERIO DA EDUCACAO	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO PAULO	Universidade Federal de São Paulo
CD	UNIFESSPA	MINISTERIO DA EDUCACAO	UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARA	Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
CD	UNILA	MINISTERIO DA EDUCACAO	UNIVERS. FEDERAL DA INTEG. LATINO AMERICANA	Universidade Federal da Integração Latino-Americana
CD	UNILAB	MINISTERIO DA EDUCACAO	UNIV.DA INTEG.INTERN.DA LUSOF.AFRO-BRASILEIRA	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
CD	UNIPAMPA	MINISTERIO DA EDUCACAO	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA	Fundação Universidade Federal do Pampa
CD	UNIR	MINISTERIO DA EDUCACAO	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONIA	Fundação Universidade Federal de Rondônia
CD	UNIRIO	MINISTERIO DA EDUCACAO	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO RIO DE JANEIRO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
CD	UNIVASF	MINISTERIO DA EDUCACAO	FUND.UNIVERSIDADE FEDERAL VALE SAO FRANCISCO	Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco
CD	UTFPR	MINISTERIO DA EDUCACAO	UNIVERSIDADE TECNOLOGICA FEDERAL DO PARANA	Universidade Tecnológica Federal do Paraná
CD	VALEC	MINISTERIO DOS TRANSPORTES	VALEC-ENGENHARIA, CONSTRUCOES E FERROVIAS S/A	Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.
CD	VPR	PRESIDENCIA DA REPUBLICA	GABINETE DA VICE-PRESIDENCIA DA REPUBLICA	Vice-Presidência da República
CD	VPR	GABINETE DA VICE-PRESIDENCIA DA REPUBLICA	GABINETE DA VICE-PRESIDENCIA DA REPUBLICA	Vice-Presidência da República

Fonte: Elaboração própria.

8 BIBLIOGRAFIA

2009 APUD BIERON, B.; AHMED, U. Services, International Rulemaking, and the Digitization of Global Commerce. E15Initiative. Geneva: International Centre for Trade and Sustainable Development (ICTSD) e World Economic Forum. 2015.

AFONSO, A.; TANZI, V.; SCHUKNECHT, E. Public sector efficiency: an international comparison. European Central Bank, v. 2003, n. 242.

ARELLANO, M.; BOND, S. Some tests of specification for panel data: Monte Carlo evidence and an application to employment equations. *The Review of Economic Studies*, n. 58, p. 277-297.

BELLAMY, C.; TAYLOR, J. A. *Governing in the information age*, 1998.

BRASIL. Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências, 2011.

CARVALHO, C. S. M. D. *A qualidade do serviço público: o caso da loja do cidadão*, 2008.

CHARNES, A.; COOPER, W. W. & R. E. Measuring the efficiency of decision-making units. *European Journal of Operational Research*, n. 2, p. 429-444, 1978.

CORDELLA, A. E-government: towards the e-bureaucratic form? *Journal of information technology*, v. 22, n. 3, p. 265-274, 2007.

DEMING, W. E.; DEMING W., E. *Quality, productivity, and competitive position*. Massachusetts Institute of Technology, Center for advanced engineering study, Cambridge, MA, v. 183, 1982.

ESTORNINHO, M. J. *A fuga para o direito privado: contributo para o estudo da actividade de direito privado da administração pública*. [S.l.]: [s.n.], 1996.

FOUNTAIN, J. E. Building the virtual state. *Information technology and institutional change*., p. 61-82, 2001.

- GIL-GARCÍA, J. R.; PARDO, T. A. E-government success factors: Mapping practical tools to theoretical foundations. *Government information quarterly*, v. 22, n. 2, p. 187-216, 2005.
- GRONLUND, A.; HORAN, T. A. Introducing e-gov: history, definitions, and issues. *Communications of the association for information systems*, v. 15, n. 1, p. 39, 2005.
- HSIAO, C. *Analysis of Panel Data*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- JORGENSEN, D. W. Information technology and the US economy. *The American Economic Review*, 91, n. 1, 2001. 1-32.
- MELLO, J. et al. Análise de envoltória de dados no estudo da eficiência e dos benchmarks para companhias aéreas brasileiras. *Pesquisa Operacional*, n. 23(2), p. 325-345, 2003.
- OSBORNE, D.; PLASTRIK, P. *Banishing Bureaucracy: The Five Strategies for Reinventing Government*. 1, Jacob Way, Reading: Addison-Wesley Publishing Company, Inc., 1997.
- REZENDE, F.; CUNHA, A.; BEVILACQUA, R. Informações de custos e qualidade do gasto público: lições da experiência internacional. *Revista de Administração Pública*, v. 44, n. 4, p. 959-992, 2010.
- RIBEIRO, M. B. *Desempenho e eficiência do gasto público: uma análise comparativa entre o Brasil e um conjunto de países da América Latina*, 2008.
- ROCHA, F.; GIUBERTI, A. C. Composição do gasto público e crescimento econômico: uma avaliação macroeconômica da qualidade dos gastos dos Estados brasileiros. *Economia Aplicada*, v. 11(4), p. 463-485, 2007.
- RUGGIERO, J.; VITALIANO, D. F. Assessing the efficiency of public schools using data envelopment analysis and frontier regression. *Contemporary Economic Policy*, v. 17, n. 3, p. 321, 1999.
- SANCHES, O. *Dicionário de Orçamento, Planejamento e Áreas Afins*. PRISMA/OMS, Brasília, n. 2, 2004.
- SOUZA, I. V.; NISHIJIMA, M.; ROCHA, F. Eficiência do setor hospitalar nos municípios paulistas. *Economia aplicada*, v. 14(1), p. 51-66, 2010.

TIRONI, L. F. et al. Critérios para geração de indicadores de qualidade e produtividade no serviço público, 1991.

ZOGHBI ET AL, A. C. P. Mensurando o desempenho e a eficiência dos gastos estaduais em educação fundamental e média. Estudos Econômicos (São Paulo), v. 39.4, p. 785-809, 2009.